

**DIREITO ELEITORAL**  
MAPAS MENTAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS

# SEJA MUITO BEM-VINDO!

Obrigada por adquirir os Mapas da Lulu 3.0! Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 28 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em quatro concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar), Consultor Legislativo (4º lugar) e Agente da Polícia Federal (primeira fase), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão. Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 3.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 3.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do Youtube: Lulu Concurseira e no meu Instagram: @lulu.concurseira. Já somos uma comunidade de mais de 220 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,  
Laura Amorim  
@laura.amorimc



# PIRATARIA É CRIME

## ATENÇÃO:

Este produto é para uso pessoal. Não compartilhe o seu material.

Pessoal, os Mapas da Lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@laura.amorim e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria.

Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.600 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, e-mail, grupos de WhatsApp ou Facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no contato@mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até QUATRO anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

O compartilhamento do material pelo aluno importará em seu bloqueio imediato.

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da Lulu.

Um beijo,  
Laura Amorim

# Índice

---

## 1. DIREITO ELEITORAL

1.1 Aspectos Gerais do Direito Eleitoral	05
1.2 Princípios	07
1.3 Código Eleitoral (aspectos gerais)	09
1.4 Obrigatoriedade do Voto	11
1.5 Justiça Eleitoral	12
1.6 TSE	14
1.7 TRE	17
1.8 Outros órgãos	20
1.9 Alistamento eleitoral	22
1.10 Cadastro eleitoral	25
1.11 Lei dos Partidos Políticos	28
1.12 Inelegibilidades	35
1.13 Sistemas Eleitorais	40
1.14 Recursos Eleitorais	44
1.15 Crimes Eleitorais	48
1.16 Processo-crime Eleitoral	57
1.17 Propaganda Eleitoral	59



## CONCEITO

visa conferir legitimidade ao processo eleitoral

= ramo do **direito público** que trata de:

- direitos políticos
- eleições (todas as fases)

→ Tópicos pertinentes: alistamento, registro de candidatos, propaganda eleitoral, organização judiciária eleitoral, partidos políticos...

- possui **institutos e normatividade próprios**
- tem autonomia científica e didática

# DIREITO ELEITORAL

## FONTES

**FONTES MATERIAIS** (fatores que levam ao surgimento da norma)

- movimentos sociais e políticos
- doutrina

**FONTES FORMAIS** (normas jurídicas em si)

- CF/88
- leis eleitorais (Lei dos Partidos Políticos, Lei de Inelegibilidade, Lei das Eleições...)
- leis eleitorais subsidiárias (Código Civil (domicílio, doações...), Código Penal (crimes eleitorais))
- resoluções/instruções da Justiça Eleitoral
- Estatuto dos partidos políticos
- Princípios jurídicos

**FONTES PRIMÁRIAS** (decorrentes do Poder Constituinte ou Legislativo)

- CF/88
- leis eleitorais

**FONTES SECUNDÁRIAS** (interpretam e regulamentam normas infraconstitucionais)

- Resoluções do TSE e TRE...

**FONTES DIRETAS** (disciplinam diretamente assuntos eleitorais)

- Código Eleitoral
- Lei dos Partidos Políticos
- Lei de Inelegibilidade
- Lei das Eleições
- Resoluções do TSE...

**FONTES INDIRETAS** (aplicadas ao D. Eleitoral de forma subsidiária ou supletiva)

- Código Penal
- Código de Processo Penal
- Código Civil
- Código de Processo Civil

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

- cabe à **União** legislar **privativamente** sobre Direito Eleitoral

→ STF: lei estadual **não** pode versar sobre matéria eleitoral

- fundamento de validade: CF/88 (cabe controle de constitucionalidade)

- a **União não pode delegar** a competência para estados legislarem sobre temas específicos (o processo eleitoral e as regras devem ser as mesmas em todo o território eleitoral!)

## RESOLUÇÕES DO TSE

→ fundamento de validade no art. 1º (parágrafo único) e art. 23, IX, do Código Eleitoral

= normas **infralegais** de caráter **regulamentar**

- são fontes
  - formais
  - secundárias\* (não podem restringir direitos ou criar obrigações)
  - diretas
- \* algumas tratam de assuntos disciplinados na CF, e sujeitam-se a controle de constitucionalidade (não só de legalidade) e podem ser consideradas **excepcionalmente** como normas **primárias** (STF: ADI no 3.999 e ADI no 4.086)
- restringem-se a **matérias especificamente autorizadas**
- é **vedado** ao TSE tratar de matéria relativa a organização de **partidos políticos** **ATENÇÃO!**

## CONSULTAS

- = respostas (pelos TRES e TSE) de questionamentos em matéria eleitoral feito por **autoridades competentes**
- ↳ desde que **não** sejam sobre **casos concretos** (seria antecipação de julgamento)

ÓRGÃO	AUTORIDADES ATENDIDAS
TSE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• autoridade de jurisdição federal</li> <li>• órgão nacional de partido político</li> </ul>
TREs	<ul style="list-style-type: none"> <li>• autoridade pública</li> <li>• partido político</li> </ul>

# DIREITO ELEITORAL

### CAI MUITO!

- é vedado à **Medida Provisória** dispor sobre:
  - direitos políticos
  - partidos políticos
  - Direito Eleitoral

## CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS

- = representam uma ideia de forma **abstrata**.
- admite **diversas soluções** a depender do contexto
  - o **interprete** irá construir o conceito à luz do caso concreto
  - Ex.: "liberdade do voto", "soberania popular", "igualdade de oportunidades", "legitimidade das eleições"...



## P. DA USURA DAS ELEIÇÕES

- impõe a **atuação ética, leal e correta** aos envolvidos no processo eleitoral, em especial:
  - Justiça Eleitoral
  - MP Eleitoral
  - partidos políticos e seus candidatos
- tem especial sentido de **proteção** aos direitos fundamentais da **cidadania**

## P. DA ANUALIDADE ELEITORAL



- = a **lei** que altera o processo eleitoral:
  - (abrange leis infraconstitucionais, emendas constitucionais e jurisprudências do TSE)
  - entra em **vigor** na **data de sua publicação**
  - não se aplica à eleição** que ocorra **até um ano** da data da sua vigência \*

**PEGADINHA!** não confunda com "entrar em vigor um ano depois"! Não há "*vacatio legis*"

- \* na verdade, deve-se esperar um ano e um dia!  
Exemplo: se as eleições serão em 02/10/X2, para que a nova lei seja aplicável, deve ser publicada até 01/10/X1 (leis publicadas de 02/10/X1 em diante não serão aplicadas!)

- é uma garantia fundamental e **cláusula pétrea**

é inconstitucional a proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir o P. da Anualidade Eleitoral

## P. DA CELERIDADE ELEITORAL

- = as **decisões eleitorais devem ser imediatas** (evitando delongas)
- duração** razoável do processo eleitoral: **até 1 ano** para ações que possam resultar na **perda do mandato**.
  - não atendimento:
    - crime de desobediência
    - infração disciplinar
    - representação ao CNJ
    - representação à Justiça Eleitoral (órgão acima)

## P. DA PRECLUSÃO IMEDIATA DAS DECISÕES ELEITORAIS

- = se um partido deseja recorrer da decisão no dia das eleições, a impugnação deve ser imediata, sob pena de preclusão.

## ULTRATIVIDADE DA LEI ELEITORAL

- = uma **lei eleitoral, mesmo revogada, pode continuar produzindo efeitos** na eleição que ocorra em até um ano da publicação da lei que a revogou!

## PROCESSO ELEITORAL

- escolha dos pré-candidatos pelos partidos + atos que se refletem no pleito (coligações, convenções, registro de candidatos, propaganda eleitoral, votação, apuração e diplomação)
- TSE e STF entenderam que as regras de formação das coligações fazem parte do processo eleitoral

princípios

## P. PROPORCIONAL E MAJORITÁRIO

- **sistema eleitoral majoritário**: é eleito o candidato que obtiver a maioria dos **votos válidos**.
  - **maioria simples**: quem obtiver o maior número de votos
    - ↳ Ex.: Senador e Prefeito de município com menos de 200.000 **eleitores**
  - **maioria absoluta**: é necessário atingir mais da metade dos votos apurados (<sup>excluídos os</sup>brancos e nulos)
    - ↳ Ex.: Presidente da República, Governador e Prefeito de município com mais de 200.000 **eleitores**.
- sistema eleitoral proporcional**: o número de votos válidos conferido ao **partido político** é mais relevante
- ↳ Ex.: Deputado Federal, Estadual e Distrital e vereador

## P. DA MORALIDADE ELEITORAL

- = apenas aqueles com **conduta ética e moral** poderão **concorrer** a cargos políticos eletivos.
- ↳ **a ética deve prevalecer**: se o candidato obtiver o mandato por práticas ilícitas, antiéticas ou imorais, seu exercício não será legítimo (a conduta imoral deve vir descrita em lei complementar)

## P. DA SOBERANIA POPULAR

- = a soberania é atribuída ao **povo** (detentor do poder supremo)
- **soberania interna**: poder conferido ao Estado Brasileiro, responsável por gerir o Brasil (poderes constituídos pela CF/88)
- **soberania externa**: nenhum outro país ou organização internacional pode sujeitar o Estado Brasileiro à força (o Brasil é independente e autodeterminado)
  - o **Direito Eleitoral** trata do exercício da soberania pelo povo brasileiro e pelos mecanismos previstos na CF/88

## P. REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO

- = o Brasil é uma **República** (forma de governo) e adota o regime **Democrático** (regime de governo).
- ↳ pressupõe uma interação entre governantes e sociedade.

princípios



## RECEPÇÃO DO C.E.

- o C.E. foi editado quando da CF/46, e **recepção** pela CF/88 (o que é materialmente compatível)
- mesmo tendo sido editado como **lei ordinária**, os aspectos formais não são relevantes nessa recepção
  - o C.E. foi **recepção** como lei complementar no que tange a organização e a competência de tribunais, juízes e juntas eleitorais.

## PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

- todo poder emana do povo e será exercido, em seu nome, por mandatários escolhidos, **direta** e secretamente
  - há caso de eleições **indiretas** no caso de dupla vacância (Presidente e Vice-presidente da República) nos **dois últimos anos** do mandato.

# CÓDIGO ELEITORAL

## CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA

- é o **direito de votar**.
- facultativo**: maiores de 16 anos, analfabetos e maiores de 70 anos  
**obrigatório**: maiores de 18 anos
- não** foi recepção pela CF /88 a obrigatoriedade de "**saber exprimir-se na língua nacional**".

não podem alistar-se:

- os estrangeiros
- os conscritos durante o serviço militar obrigatório.

- não** foram recepção pela CF/88 as hipóteses de que o alistamento não é obrigatório para:
  - inválidos** (não se usa mais) → cabe à Justiça Eleitoral prover as adaptações necessários
  - quem se encontra fora do país** (o voto também é obrigatório e deve ser justificado, se for o caso!)
- não** foram recepção pela CF/88 as hipóteses de que o voto não é obrigatório para:
  - enfermos**
  - quem se encontra fora do domicílio**
  - funcionários civis e militares em serviço que os impossibilite de votar**

eu trouxe acima os dispositivos não recepção, pois, infelizmente, sua literalidade às vezes ainda aparece em prova.

# CÓDIGO ELEITORAL

## CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

- qualquer **cidadão** pode concorrer a eleições, respeitadas as **condições constitucionais e legais** de **elegibilidade e incompatibilidade**

## CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE (CF/88)

- Nacionalidade brasileira
- Pleno exercício dos direitos políticos
- Alistamento eleitoral
- Domicílio eleitoral na circunscrição
- Filiação partidária
- Idade mínima



35 anos	<ul style="list-style-type: none"><li>Presidente</li><li>Vice-presidente</li><li>Senador</li></ul>
30 anos	<ul style="list-style-type: none"><li>Governador</li><li>Vice-governador</li></ul>
21 anos	<ul style="list-style-type: none"><li>Deputado federal</li><li>Deputado estadual</li><li>Prefeito</li><li>Vice-prefeito</li><li>Juiz de paz</li></ul>
18 anos	<ul style="list-style-type: none"><li>Vereador</li></ul>

São **inelegíveis** os analfabetos e os inalistáveis.

(inelegibilidade absoluta)

## INELEGIBILIDADES RELATIVAS (CF/88)

- não são exaustivas → Lei complementar pode estabelecer outras

### 1. Por motivos funcionais

- No máximo 2 mandatos consecutivos no mesmo cargo (Aplica-se apenas aos cargos do poder executivo (do legislativo não!))
- Para concorrerem a outros cargos, os chefes do executivo devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 meses antes do pleito

### 2. Por motivo de casamento/parentesco

- Afeta a exigibilidade de **terceiros** relacionados ao **chefe do executivo** no território de sua jurisdição

cônjuge, parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau ou por adoção

salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição

ou quem o haja substituído dentro de 6 meses anteriores ao pleito

### 3. Relativa à condição de militar

É eleito se cumprir:

- Se < 10 anos de serviço → Deve afastar-se

- Se > 10 anos de serviço → Será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente à inatividade no ato da diplomação



# OBRIGATORIEDADE DO VOTO



## CONSEQUÊNCIAS DO NÃO COMPARECIMENTO

- se o cidadão não vota, não justifica a ausência e não paga a **multa**, entre 3 e 10% (uso de R\$33,02 como parâmetro e R\$ 1,0641 como a Ufir, extinta):
  - não poderá ser **empossado** em concurso público
  - não receberá o **salário** aquele que for servidor ou empregado público (por um mês, no segundo mês subsequente ao das eleições)
  - não poderá participar de **licitação** (como pessoa física)
  - ~~não poderá obter empréstimos ou créditos junto a órgãos ou a empresas com capital público~~ **REVOGADO!** Lei 14.690/23
  - não poderá obter **passaporte ou carteira de identidade**
  - não poderá **renovar matrícula** em instituição de ensino oficial ou fiscalizada pelo governo
  - não poderá praticar outros **atos** para os quais se exija a quitação do serviço militar ou a declaração do imposto de renda.

STF considera **inconstitucional** a exigência de quitação do IR para prática de atos da vida civil.

- será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em 3 eleições consecutivas e não pagar a multa ou não se justificar em até 6 meses (a partir da data da última eleição a que deveria ter ido)



**ATENÇÃO!**

havendo 2 turnos, cada turno é considerado uma eleição!

## ALISTAMENTO

- **alistamento intempestivo**: se o cidadão não se alistar até os 19 anos, sofrerá multa
  - ➔ nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou transferência será recebido nos 150 dias anteriores à eleição
- **brasileiro naturalizado**: deve se alistar em até um ano da naturalização.

## JUSTIFICATIVA

- o eleitor que deixar de votar **deve justificar** a falta:
  - no dia das eleições ➔ **PEGADINHA!** não é em 30 dias como prevê o C.E.!
  - em **até 60 dias** (se em território nacional)
  - em **até 30 dias** do retorno ao Brasil (se no exterior)

## MULTA

- o eleitor pode **pagar sua multa em qualquer zona** eleitoral para regularizar-se (mas, neste caso, terá seu valor máximo, salvo se o eleitor aguardar o arbitramento de sua zona eleitoral de origem)

## ASPECTOS GERAIS

- nosso sistema eleitoral é **judicial**
- a Justiça Eleitoral (J.E.) é uma **justiça especializada**
- a J.E. está organizada em uma **estrutura piramidal e hierárquica**
- **não há magistratura própria** na Justiça Eleitoral (os juízes vêm de outros ramos do Judiciário)

ÓRGÃO	ORIGEM DOS MEMBROS
TSE	STJ, do STF e da advocacia
TRE	TJs, Justiça Federal e da advocacia
ZONAS ELEITORAIS	Justiça comum e cidadãos (juntas)

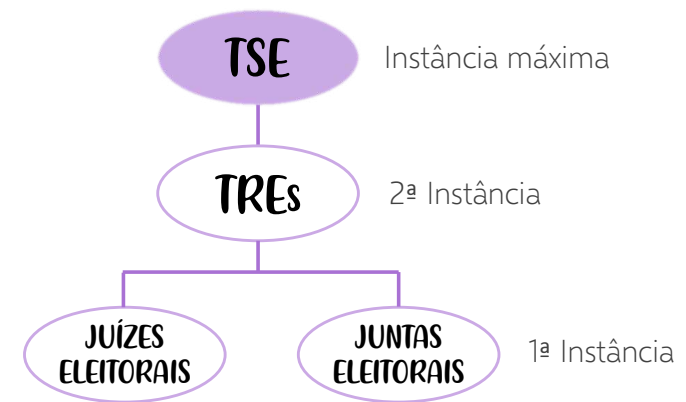
em cada zona eleitoral, há um juiz

- período de investidura = **2 anos** (permitida apenas uma recondução consecutiva)
- **competência** definida apenas em **lei complementar**
- a J.E. está dividida em: (divisão geográfica)
  - circunscrição estadual (estado)
  - zonas eleitorais (observa, em regra, a divisão municipal)
  - seções eleitorais (divisões administrativas das zonas eleitorais, onde haverá os votos e sua apuração)

**JUSTIÇA ELEITORAL**  
= ORGANIZAÇÃO =

## ÓRGÃOS

→ divisão jurisdicional eleitoral





## FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

= preparação + organização + administração

do processo eleitoral

- nesta função, **não há lide**
- envolve o **poder de polícia**
  - o juiz eleitoral pode **condicionar e restringir o gozo de bens, atividades e direitos individuais** em benefício da coletividade ou do Estado.  
Ex.: fiscalização da propaganda eleitoral
- há **atuação de ofício**: o juiz pode agir mesmo sem provocação das partes interessadas

## FUNÇÃO NORMATIVA

- = prerrogativa da Justiça Eleitoral de **expedir instruções (resoluções)** para regulamentar a legislação infraconstitucional
  - as resoluções do TSE têm força de lei, mas são **infralegais** (devem obedecer a legislação!)
- faculdade do **TSE e TRE de deliberarem normativamente** acerca de assuntos eleitorais determinados.

# JUSTIÇA ELEITORAL

= FUNÇÕES =

## FUNÇÃO JURISDICIONAL

- = solução imperativa (caráter definitivo) dos conflitos de interesse eleitoral
- **ex.:** aplicação de multa por propaganda eleitoral ilícita, decreto de inelegibilidade de candidato por Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), impugnação do mandato eletivo.

### SÚMULA TSE Nº 18: IMPORTANTE!

"Conquanto investido de **poder de polícia**, não tem legitimidade o juiz eleitoral para, **de ofício**, instaurar procedimento com a finalidade de **impor multa** pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei no 9.504/97."

## FUNÇÃO CONSULTIVA

- = atribuição do TSE e TREs de **responder a consultas formuladas por partes interessadas**.
  - desde que **não sejam sobre casos concretos** (seria antecipação de julgamento)

ÓRGÃO	AUTORIDADES ATENDIDAS
TSE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• autoridade de jurisdição federal</li> <li>• órgão nacional de partido político</li> </ul>
TREs	<ul style="list-style-type: none"> <li>• autoridade pública</li> <li>• partido político</li> </ul>

### SÚMULA TSE Nº 35:

"Não é cabível reclamação para arguir o descumprimento de resposta a consulta ou de ato normativo do TSE."

## COMPOSIÇÃO

a CF permite o aumento do número de membros (por lei complementar)

- compõe-se de, no mínimo, **7 membros**, escolhidos:

- por eleição (voto secreto):**

- 3 juízes do STF
    - 2 juízes do STJ

- nomeação do Presidente da República:**

- 2 dentre 6 advogados\* indicados pelo STF (notável saber jurídico e idoneidade moral)



a lista é **tríplice!** São indicados 3 nomes para cada vaga

- \* aos 2 advogados, é **vedado** que:

- ocupem cargo em comissão
      - sejam proprietários ou sócios de empresa que receba recurso público ou qualquer favor ou privilégio público; ou
      - exerçam mandato político.

- não** podem fazer parte do TSE cidadãos que tenham **parentesco** até o **4º grau**.  
(ainda que por afinidade)



exclui-se o que entrou por último

## DECISÕES

- o TSE **delibera por maioria de votos** em sessão pública, com a **presença da maioria** de membros



As decisões: **ATENÇÃO!**

- na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição
- cassação de registro de partidos políticos,
- recursos que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas

(= maioria absoluta)  
só poderão ser tomadas com a **presença de todos os seus membros**.

havendo impedimento de algum juiz, será convocado o substituto ou o suplente.

## ORGANIZAÇÃO

Presidente → Ministro do STF

Vice-presidente → Ministro do STF

Corregedor Eleitoral → Ministro do STJ

## CORREGEDOR ELEITORAL

- responsável pela **fiscalização da regularidade** dos serviços eleitorais e pela **orientação de procedimentos e rotinas** das corregedorias eleitorais



provimentos emanados pela Corregedoria Geral vinculam os Corregedores Regionais

- ele se **locomoverá** para os estados e territórios nos seguintes casos:

- por determinação do TSE
  - a pedido dos TREs
  - a requerimento de partido (deferido pelo TSE)
  - sempre que entender necessário

TSE

qualquer interessado pode **arguir a suspeição ou impedimento** dos membros do TSE, do Procurador Geral ou de funcionários de sua Secretaria, nos casos previstos na lei processual civil ou penal e por motivo de **parcialidade partidária**, mediante o processo previsto em regimento.

# COMPETÊNCIA

mantive os trechos não recepcionados e considerados inconstitucionais, para que não caiam em pegadinhas!

TSE

## COMP. JUDICIAL ORIGINÁRIA

- compete ao TSE processar e julgar originariamente:
  - o **registro e a cassação de registro** de:
    - partidos políticos,
    - seus diretórios **nacionais**
    - candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República
  - os **conflitos de jurisdição** entre TREs e juízes eleitorais de **estados diferentes**
  - a **suspeição ou impedimento** aos seus membros, ao procurador-geral e aos funcionários da sua Secretaria
  - ~~os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos seus próprios juízes e pelos juízes dos tribunais regionais;~~
  - o **habeas corpus** ou ~~mandado de segurança~~, **em matéria eleitoral**, relativos a atos do presidente da República, dos **ministros de estado e dos TREs**;
- **SÚMULA TSE Nº 34:** Não compete ao TSE processar e julgar **mandado de segurança** contra ato de membro de TRE.
- **habeas corpus** quando houver perigo de se consumir a **violência** antes que o juiz possa prover sobre a impetração
- as **reclamações** relativas a obrigações impostas por lei aos **partidos políticos** (quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos)
- as **impugnações** à apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma na **eleição de presidente e vice-presidente** da República
- os **pedidos de desaforamento** dos feitos não decididos nos tribunais regionais dentro de 30 dias da conclusão ao relator (formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada)
- as **reclamações contra os seus próprios juízes** que, no prazo de 30 dias a contar da conclusão, não houverem julgado os feitos a eles distribuídos
- a **ação rescisória**, nos casos de **inelegibilidade**, desde que intentada dentro do prazo de 120 dias de decisão irrecorrível, ~~possibilitando-se o exercício do mandato~~

## COMPETÊNCIA RECURSAL

- compete ao TSE **julgar os recursos** interpostos das decisões dos TREs (inclusive os que versarem matéria administrativa) quando:
  - recurso especial:**
    - proferidas **contra** expressa disposição da **CF** ou de **lei**;
    - ocorrer **divergência na interpretação** de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;
  - recurso ordinário:**
    - versarem sobre **expedição de diplomas** nas eleições **federais e estaduais**; mas municipais, não!
    - **denegarem** *habeas corpus* ou mandado de segurança

### SÚMULA TSE Nº 36:

Cabe recurso ordinário de acórdão de TRE que decida sobre:

- inelegibilidade
  - expedição
  - anulação
  - perda de mandato eletivo nas eleições
- de diploma
- federais ou estaduais

## RECUSO DE DECISÕES DO TSE → recurso ao STF

- são **irrecorríveis** as decisões do TSE, salvo;
  - as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à CF (**Recurso Extraordinário**)
  - as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança (**Recurso Ordinário**)

# COMPETÊNCIA

## COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS

TSE

- compete ao TSE:
  - elaborar o seu **regimento interno**;
  - organizar a sua **Secretaria e a Corregedoria Geral** (propondo ao Congresso Nacional a criação ou extinção dos cargos administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos, provendo-os na forma da lei)
  - conceder aos seus membros:
    - **licença e férias**
    - **afastamento** do exercício dos cargos efetivos;
  - aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos juízes dos TREs;
  - propor a **criação de TREs** em Territórios;
  - propor ao Poder Legislativo o **aumento do número dos juízes** de qualquer Tribunal Eleitoral (indicando a forma desse aumento)
  - Fixar as **datas para as eleições** de:
    - Presidente e Vice-Presidente da República,
    - senadores e deputados federais

o TSE pode determinar **nova data para eleições presidenciais** caso haja anulação geral das eleições (para presidente e vice)

- expedir **instruções à execução do C.E.** (competência regulamentar)
- **fixar a diária do** Corregedor Geral, dos Corregedores Regionais e auxiliares em diligência fora da sede;
- **enviar ao Presidente da República a lista tríplice** organizada pelos Tribunais de Justiça (TJ → TRE → TSE → Presidente)
- **responder**, sobre matéria eleitoral, as **consultas** que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição, federal ou órgão nacional de partido político;

- **autorizar a contagem dos votos** pelas mesas receptoras nos Estados em que essa providência for solicitada pelo TRE respectivo;
- **requisitar a força federal** necessária:
  - ao cumprimento **da lei,**
  - de suas próprias decisões ou das decisões dos TREs que o solicitarem
  - para garantir a votação e a apuração
- organizar e divulgar a **Súmula** de sua jurisprudência publicar um **boletim eleitoral**;
- **requisitar funcionários** da União e do DF quando o exigir o acúmulo ocasional do serviço de sua Secretaria;
- tomar quaisquer outras **providências que julgar convenientes** à execução da legislação eleitoral.



## COMPOSIÇÃO

esse número pode ser aumentado até 9 por proposta do TSE (não pode diminuir)

- há um TRE por Estado, composto por **7 membros**

Eleitos pelo TJ (por votação <b>secreta</b> )	2 desembargadores do TJ 2 juízes de Direito	votação aberta
Por escolha do TRF	1 Juiz de TRF/Federal	
Indicados pelo TJ e nomeados pelo Presidente da República	2 advogados (notável saber jurídico e idoneidade moral)	

## MANDATO

- mandato de **2 anos** permitida uma única recondução (se o juiz passar pelo mesmo procedimento de escolha)

## IMPEDIMENTO

- o Juiz fica impedido no período **entre a homologação da convenção partidária e a diplomação** dos eleitos caso seja **cônjuge ou parente até o 2º grau** de candidato em sua circunscrição.

## CORREGEDOR-REGIONAL ELEITORAL

- determinado pelo regimento interno
- ele se **locomoverá** para os estados e territórios nos seguintes casos:
  - por determinação do **TSE ou do TRE**
  - a pedido dos **juízes eleitorais**
  - a requerimento de **partido** (deferido pelo TRE)
  - sempre que entender necessário

## DELIBERAÇÕES

- regra geral** = maioria dos votos (presente a maioria dos membros)
- quórum qualificado** = maioria dos votos, com a **presença obrigatória de todos os membros** (se houver impedimento de algum, será convocado suplente da mesma classe)

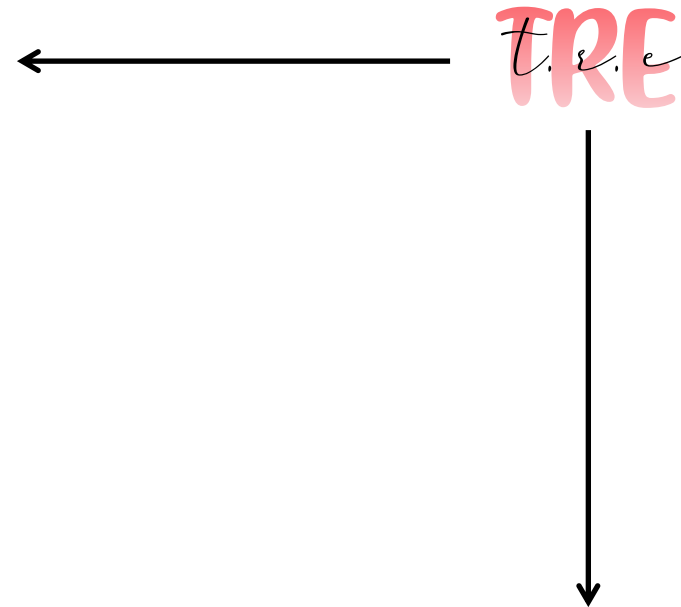
TRE

## SUSPEIÇÃO

- aplicam-se aos membros do TRE as **regras de impedimento e suspeição do TSE**
- qualquer interessado** pode arguir a suspeição dos seus membros, do procurador regional, de funcionários da Secretaria, dos juízes e escrivães eleitorais, nos **casos previstos na lei** processual civil e por motivo de **parcialidade partidária**, mediante o processo previsto em regimento.
  - cabe recurso especial ao TSE (literalidade = "recurso voluntário")

## COMPETÊNCIA JUDICIAL ORIGINÁRIA

- compete aos TREs julgar **originariamente**:
  - o **registro e o cancelamento** do registro dos **diretórios estaduais e municipais** de: → nacionais = TSE!
    - partidos políticos,
    - candidatos a governador, vice-governadores
    - membro do Congresso Nacional e das assembleias legislativas
  - os **conflitos de jurisdição** entre juízes eleitorais do **respectivo estado** → se de estados diferentes = TSE! **PEGADINHA!**
  - a **suspeição ou impedimentos** aos:
    - seus membros,
    - procurador regional
    - funcionários da sua
    - juízes e
    - ~~escrivães eleitorais~~ chefe de cartório eleitoral
  - os **crimes eleitorais** cometidos pelos juízes eleitorais
  - o ***habeas corpus*** ou **mandado de segurança**, em matéria eleitoral, contra ato de autoridades que respondam perante os tribunais de justiça por crime de responsabilidade e, em grau de recurso, os denegados ou concedidos pelos juízes eleitorais;
  - o ***habeas corpus***, quando houver perigo de se consumir a violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração
  - as **reclamações** relativas a obrigações impostas por **lei** aos partidos políticos (quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos)
  - os **pedidos de desaforamento** dos feitos **não decididos** pelos juízes eleitorais em **30 dias** da sua conclusão para julgamento, formulados por: → sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo;
    - partido,
    - candidato,
    - Ministério Público ou
    - parte legitimamente interessada,



## COMPETÊNCIA JUDICIAL RECURSAL

- compete aos TREs julgar os recursos interpostos:
    - dos **atos e decisões** proferidas pelos **juízes e juntas** eleitorais;
    - das **decisões dos juízes eleitorais** que **concederem ou denegarem habeas corpus ou mandado de segurança**.
- ⚠ **ATENÇÃO!** nas hipóteses do TSE é apenas "denegarem"!
- as decisões dos TREs são **irrecorríveis**, salvo quando:

  - forem proferidas contra expressa disposição de lei;
  - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;
  - versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais
  - denegarem habeas corpus ou mandado de segurança
- ordinário  
especial

## COMPETÊNCIA

### ADMINISTRATIVA, CONSULTIVA E NORMATIVA

- compete privativamente aos TREs:
  - elaborar o seu **regimento interno**;
  - organizar a sua **Secretaria e a Corregedoria Regional** e propor ao Congresso Nacional (por intermédio do TSE) a criação ou supressão de cargos e a fixação dos vencimentos
  - conceder aos seus **membros** (com aprovação do TSE) e aos **juízes eleitorais**:
    - licença e férias,
    - afastamento do exercício dos cargos efetivos
  - fixar a **data das eleições** de:
    - Governador e Vice-Governador,
    - deputados estaduais,
    - prefeitos, vice-prefeitos,
    - vereadores e
    - juízes de paz
  - constituir as **juntas eleitorais** e designar a respectiva sede e jurisdição
  - indicar ao TSE as zonas eleitorais/seções em que a contagem dos votos deva ser feita
  - **apurar os resultados finais** das eleições de Governador e Vice-Governador de membros do Congresso Nacional e **expedir os respectivos diplomas**, remetendo dentro do prazo de 10 dias após a diplomação, ao TSE, cópia das atas de seus trabalhos
  - **responder às consultas** que lhe forem feitas, em tese, por **autoridade pública ou partido político**
  - dividir a respectiva circunscrição em **zonas eleitorais**, (com aprovação do TSE)
- ↪ a **criação** de novas zonas também é por **pedido** do TRE ao TSE

TRE

(continuação)

### ADMINISTRATIVA, CONSULTIVA E NORMATIVA

- aprovar a **designação do Ofício de Justiça** que deva responder pela ~~escrivania eleitoral~~ cartório eleitoral, durante o biênio;
- **requisitar a força** necessária ao cumprimento de suas decisões solicitar e ao TSE a requisição de força federal;
- autorizar, no DF e nas capitais, ao seu presidente e, no interior, aos juízes eleitorais, a **requisição de funcionários** federais, estaduais ou municipais para auxiliarem os ~~escrivães eleitorais~~ chefes de cartórios eleitorais
- **requisitar funcionários** da União e requisitar no DF e em cada Estado ou Território, funcionários dos respectivos quadros administrativos, no caso de acúmulo ocasional de serviço de suas Secretarias
- ~~aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juízes eleitorais~~
- cumprir e fazer cumprir as **decisões e instruções do TSE**
- determinar, em caso de **urgência**, providências para a execução da lei na respectiva circunscrição
- ~~organizar o fichário dos eleitores do Estado~~ (substituídos pelos sistemas informatizados de gestão do cadastro eleitoral).
- ↪ as disposições seguintes (sobre os mapas parciais) foram todas substituídas por um sistema informatizado de gestão de cadastro eleitoral

# OUTROS ÓRGÃOS



## COMPETÊNCIA DOS JUÍZES

- compete aos juízes:
  - cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do TSE/TRE
  - processar e julgar os **crimes eleitorais e os comuns** que lhe forem conexos (ressalvada a competência originária do TSE e dos TREs)
  - decidir **habeas corpus e mandado de segurança**, em matéria eleitoral (se não for competência privativa de instância superior)
  - fazer as diligências que julgar necessárias
  - tomar conhecimento das **reclamações** (verbais ou por escrito) e determinando as **providências** que cada caso exigir
  - dirigir os processos eleitorais e determinar a **inscrição e a exclusão de eleitores**
  - expedir **títulos eleitorais** e conceder **transferência de eleitor**;
  - dividir a zona em **seções eleitorais**
  - mandar **organizar** (em ordem alfabética), os **eleitores** de cada seção, para remessa à mesa receptora
  - ordenar o registro e cassação do registro dos candidatos aos **cargos eletivos municipais** e comunicá-los ao TRE;
  - até 60 dias antes das eleições:
    - designar os locais das seções
    - nomear os membros das mesas receptoras
  - instruir os **membros das mesas receptoras**
  - **solucionar ocorrências** nas mesas receptoras
  - tomar todas as providências para **evitar os atos viciosos** das eleições
  - fornecer aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados, por dispensados do alistamento, um **certificado que os isente das sanções legais**
  - comunicar (até as 12 horas do dia seguinte à realização da eleição) ao TRE e aos delegados de partidos credenciados, o **número de eleitores** que votarem em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona

## JUÍZES ELEITORAIS

= órgãos de **1º grau** da Justiça Eleitoral que exercem a jurisdição perante uma **zona eleitoral**.

**PEGADINHA!** não necessariamente um município! ↩

- ocupados por **magistrados estaduais** (permitido mesmo antes de ter vitaliciedade)

## CARTÓRIO ELEITORAL

- repartição onde atua o juiz
- é a **sede do juízo eleitoral** (funções administrativas)

não podem ser chefes de cartório:

- membro de diretório de partido político
- candidato ou seu cônjuge/familiar até 2º grau



# JUNTAS ELEITORAIS

→ apesar de não terem mais tanta relevância com os votos eletrônicos, ainda aparecem em prova

= órgão colegiado de 1ª instância com atuação nas eleições.

→ é desfeita com a diplomação dos eleitos

## COMPOSIÇÃO

- 1 **juiz de Direito** (presidente)
  - + 2 ou 4 **cidadãos de notória idoneidade** (não podem ser 3!) nomeados 60 dias antes do pleito
- é **vedada** a participação de **parentes** (em qualquer grau) ou de **servidores** da mesma repartição ou empresa na mesma:
  - mesa
  - turma
  - junta eleitoral

## COMPETÊNCIA

- compete à Junta Eleitoral:
  - expedir os boletins de apuração
  - apurar (em até 10 dias) as eleições em sua zona eleitoral
  - resolver as impugnações e demais incidentes dos trabalhos da contagem e da apuração;
  - expedir diploma aos eleitos para cargos municipais

⚠ **ATENÇÃO!**

Junta Eleitoral	expede diplomas e impugnações nas eleições <b>municipais</b> (prefeito, vice-prefeito e vereador)
TRE	expede diplomas e impugnações nas eleições <b>gerais</b> (governador, vice-governador, deputados federais e estaduais, senadores)
TSE	expede diplomas e impugnações para os cargos de <b>Presidente e Vice-presidente da</b>

OUTROS  
ÓRGÃOS

## MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

- pode **atuar em todos os atos e procedimentos** eleitorais (em defesa dos interesses da coletividade)

### PROCURADOR GERAL ELEITORAL → atua perante o TSE

- função exercida pelo **Procurador Geral da República**
- atribuições visam a conferir legitimidade ao processo eleitoral (legalidade e lisura)

### PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL → atua perante o TRE

- função exercida pelo **Procurador Regional da República** (designado pelo PGR no respectivo estado)

### PROMOTORES ELEITORAIS → atuam perante o juiz eleitoral e a junta eleitoral

- função exercida por delegação pelos **promotores do MP estadual** (apesar de a LC 75/93 afirmar que será pelo MP Federal, pois não há estrutura)

MPF	atua perante o TSE e os TREs
MPE	atua perante o juízo eleitoral e as juntas

## ASPECTOS GERAIS

- = **ato administrativo vinculado** que define quem poderá votar (praticado pelo Juiz Eleitoral)
- excepcionalmente poderá ser ato jurisdicional: quando houver **recurso** do alistamento (conflito)

## DOMICÍLIO ELEITORAL

- = local onde o cidadão:
  - deve se **alistar**
  - pode se **candidatar**
- será o local de **residência** ou **moradia** do alistando
- deve ser comprovada a existência de vínculo:
  - residencial
  - profissional
  - afetivo
  - comunitário
  - familiar
  - outra natureza que justifique
- a fixação **retroage** à data em que **requeridos** o alistamento ou a transferência.
- se o cidadão tem vínculo com vários locais, deve **escolher apenas um**

A **pessoa indígena** é **dispensada** da comprovação do domicílio eleitoral quando o atendimento da Justiça Eleitoral ocorrer dentro dos **limites das terras em que habita** ou quando for **notória a vinculação** de sua comunidade a esse território.

# alistamento eleitoral

## OBRIGATÓRIO X FACULTATIVO



OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
maiores de 18 anos	analfabetos
	maiores de 70 anos
	maiores de 16 e menores de 18 anos

torna-se obrigatório ao deixar de ser analfabeto

não se aplica a **multa** ao brasileiro nato que se alistar até os 19 anos e ao naturalizado que se alistar até um ano após adquirida a nacionalidade

o indivíduo com 15 anos **pode** se alistar, desde que complete 16 até o pleito. **ATENÇÃO!**

o **último dia** para o alistamento é o **151º dia antes das eleições** (no 150º não serão recebidas novas inscrições)

## INALISTABILIDADE

- são inalistáveis:
  - os estrangeiros
  - os conscritos
- a **suspensão** dos direitos políticos **não obsta** a realização do **cadastro eleitoral** (inclusive o alistamento) **PEGADINHA!**
- a **perda** dos direitos políticos **impede** o cadastro eleitoral (inclusive o alistamento)
- acarretando, se for o caso, o **cancelamento** da inscrição existente.

# alistamento ELEITORAL = PROCEDIMENTO =

## PROCEDIMENTOS

- alistamento é feito **mediante processamento eletrônico**  
os procedimentos no C.E. são de quanto esse cadastro era **manual**
- **Resolução TSE no 23.659/2021**: adapta as normas já existentes, criando um procedimento uniforme.  
busca medidas que assegurem o exercício da cidadania aos excluídos digitais.

Requerimento de  
Alistamento Eleitoral  
(REA)

Operações

formulário disponibilizado pelo TSE  
(preenchido eletronicamente)

- há opção de nome social, identidade de gênero, ampliação da filiação, identificação com indígena ou quilombola, pessoa com deficiência...

de **alistamento**, **transferência**  
(alterar o domicílio), **revisão**  
(alterar o local de votação  
no mesmo município,  
retificar dados e regularizar  
inscrição cancelada) e  
**segunda via** (sem alteração)

Alistamento Inicial

- quando o eleitor se apresenta **pela primeira vez** ao Cartório Eleitoral
- quando a **inscrição anterior** houver sido excluída por determinação judicial

## FACILITADORES DO ALISTAMENTO

- a expedição de **certidão de nascimento ou casamento** deverá ser **gratuita** caso se destine ao alistamento (mesmo que não haja carência de recursos)
- o empregador deve **liberar o empregado por até 2 dias** para alistamento eleitoral ou transferência
- o alistamento da **pessoa com deficiência** deve ser de forma **inclusiva** → é vedada a criação de seções especiais para votação de pessoas com deficiência (é discriminação!)

## REESTABELECIMENTO DA INSCRIÇÃO POR EQUÍVOCO

- utiliza-se o código ASE 361
- o servidor eleitoral deverá:
  - verificar se houve mesmo o equívoco
  - autuar o procedimento a ser analisado pelo Juiz Eleitoral
  - certificar-se de que não haja outra inscrição liberada ou regular para o eleitor
  - lançar a data da ocorrência e a da determinação pelo Juiz para reestabelecimento da inscrição

## ASPECTOS GERAIS

- = documento que **atesta o alistamento eleitoral** habilita o cidadão a exercer o direito de voto.



número do título:

- dois últimos dígitos = dígito verificador
- dois anteriores = unidade da federação

## E-TÍTULO

- criado em 2017
- os eleitores poderão acessar uma via digital do título pelo **aplicativo e-título**
- surgiu como **alternativa** à emissão dos títulos em **papel**

## APRESENTAÇÃO DO TÍTULO NAS ELEIÇÕES

- **não é possível o eleitor votar** apenas com a apresentação do **título eleitoral** (pois não tem foto), mas é possível votar sem o título e apresentando um documento oficial com foto (RG, CNH, CTPS, passaporte...)

*alistamento*  
**ALISTAMENTO ELEITORAL**  
= TÍTULO ELEITORAL =

## SEGUNDA VIA

- no caso de { perda ou extravio  
inutilização  
dilaceração } do título eleitoral

a pessoa com **inscrição regular ou suspensa** pode requerer a 2ª via (desde que não haja alteração dos dados do cadastro)

- o eleitor pode comparecer à Justiça Eleitoral desde que **não o faça nos 10 dias que antecedem o pleito**

## TRANSFERÊNCIA

→ não há alteração no número da inscrição

### REQUISITOS

- **requerimento** do interessado (feito até o 151º dia anterior à eleição)
- transcurso de **≥ 1 ano do alistamento** ou **última transferência**
- residência de **≥ 3 meses no novo domicílio**
- **regularidade** de comparecimento às urnas e convocação aos trabalhos eleitorais

### TRANSFERÊNCIA VEDADA

- no caso de inscrição:
  - envolvida em **coincidência**
  - **cancelada** (em decorrência de perda de direitos políticos ou decisão de autoridade judiciária)

## IMPUGNAÇÕES

### DEFERIMENTO

qualquer partido e o MP podem apresentar **impugnação em ≤ 10 dias** (da data em que as listas de transferência forem publicadas)

### INDEFERIMENTO

o eleitor pode **recorrer em ≤ 5 dias** de sua notificação e o MP eleitoral em 5 dias da disponibilização das listagens



## FISCAIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- os partidos políticos podem **fiscalizar todo o processo** de alistamento.
  - podem **requerer a exclusão** de eleitor ou defende-lo
  - podem **examinar documentos**

- atuam por meio de seus **delegados** cadastrados:

<b>ATENÇÃO!</b>	
perante o TRE	até 4 delegados
em cada zona eleitoral	até 3 delegados

## ACESSO A INFORMAÇÕES DO CADASTRO

- as informações do cadastro eleitoral podem ser acessíveis às **instituições públicas e privadas e às pessoas físicas** de acordo com a **LGPD** (Resolução do TSE nº 23.659/2021)
- acesso aos dados pessoais** dos sistemas da J. Eleitoral:
  - unidades da **Justiça Eleitoral**
  - autoridade judicial**
  - MP, Polícia Federal, Polícia Civil**
  - Institutos de identificação** e órgãos de emissão de carteiras de identidade (restritos aos dados dos cidadãos que ali busquem o serviço)
  - Órgãos e agentes públicos** em geral (uso exclusivo para atividades funcionais, prestação de serviço público ou desenvolvimento de políticas públicas)
  - iniciativa privada**, empresas públicas ou sociedades de economia mista (que atuem em regime de concorrência) nas **hipóteses previstas na LGPD**.

**CADASTRO ELEITORAL**  
*cadastro eleitoral*  
**= ADMINISTRAÇÃO =**

## VOTAÇÃO

### FOLHA DE VOTAÇÃO

- = documento com a **lista dos eleitores** liberados para votar
  - identificação da eleição
    - data
    - turno
  - dados individualizados de cada eleitor

### COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO À ELEIÇÃO

- = **canhoto** que o eleitor recebe ao votar
  - nome completo
  - data da eleição
  - número da inscrição eleitoral

## JUSTIFICAÇÃO DE NÃO COMPARECIMENTO

- formas de **justificar a ausência**:
  - ir à **Justiça Eleitoral** em até 60 dias do pleito
  - no **dia das eleições**, entregar o **formulário** em seção própria (se a mesa receptora estiver em outro município, é dispensada outra justificativa)
- pelo **"Sistema Justifica"** (apresentação do Requerimento de Justificativa eleitoral pela internet), apresentando motivo e documentação comprobatória
- pelo **Aplicativo e-Título**
- se **no exterior**, deverá justificar em até **30 dias do retorno ao Brasil** (não das eleições!) **PEGADINHA!**
- se **muito tempo no exterior**: pode usar o Sistema Justifica, e entregar formulário/documentos a **missões diplomáticas ou repartições consulares** ou enviá-los por correio (em até 60 dias da eleição)

se o eleitor não votar, justificar ou pagar a multa **por 3 eleições** consecutivas, terá a **inscrição cancelada** após **60 dias** da data do batimento.



**ATENÇÃO!** cada turno é considerado uma eleição!

## CANCELAMENTO

cancelamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>temporário</li> <li>a inscrição continua no cadastro (inativa)</li> <li>se o eleitor regularizar sua situação, será restaurado o mesmo número de inscrição</li> </ul>
exclusão	<ul style="list-style-type: none"> <li>definitiva</li> <li>a inscrição é expurgada do sistema</li> <li>somente no caso de inscrição ilegal</li> </ul>

- a legislação usa os termos indistintamente)
- a exclusão não é prevista na Resolução 23.659/2021

## HIPÓTESES

- inalistabilidade e falta de domicílio
- suspensão ou perda de direitos políticos
- pluralidade de inscrição
- falecimento
- deixar de votar em 3 eleições consecutivas (e não justificar ou pagar a multa)

## LEGITIMADOS

- o cancelamento pode ser promovido:
  - de ofício (Juiz Eleitoral)
  - a requerimento de delegado de partido
  - a requerimento de qualquer eleitor
  - requerimento do MP Eleitoral

## DEFESA

- pode ser feita por:
  - próprio interessado
  - outro eleitor

# CADASTRO ELEITORAL

= REGULARIZAÇÃO =

## BATIMENTO

= cruzamento de dados do cadastro (pelo TSE)

duplicidade	= uma pessoa tem duas inscrições eleitorais
pluralidade	= uma pessoa tem três ou mais inscrições eleitorais

- podem ser devido a:
- equivoco no atendimento
  - tentativa maliciosa

## ORDEN PARA CANCELAMENTO

(C.E. + Resolução TSE nº 23.659/21)

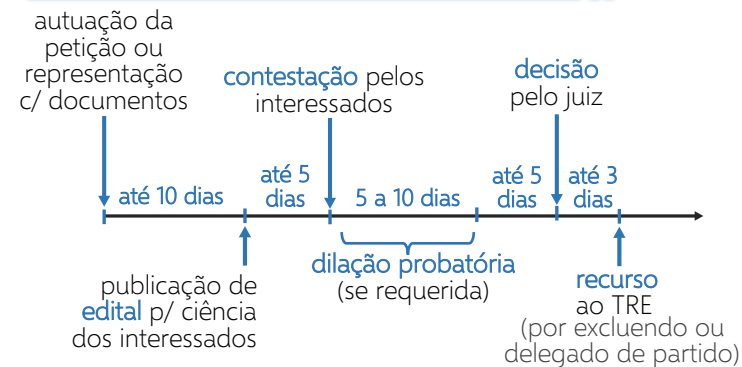
inscrição mais recente e contrária à legislação em vigor

inscrição de não corresponde ao domicílio eleitoral

inscrição cujo título não tenha sido usado para votar

inscrição mais antiga

## PROCESSO DE CANCELAMENTO



cessada a causa do cancelamento, o interessado poderá requerer novamente sua qualificação e inscrição. (não é automático!)

# CADASTRO ELEITORAL

= REVISÃO DO ELEITORADO =

## ASPECTOS GERAIS

- = procedimento administrativo para **verificar se os eleitores** do cadastro de determinada zona ou município estão nele **domiciliados** e se o **cadastro é regular**.

## HIPÓTESES



DECORE!

- por **determinação do TRE**, quando houver **fraude em proporção comprometedora** na zona eleitoral ou município.
- por **determinação do TSE**, quando presentes os 3 **requisitos**: (de forma cumulativa)
  1. **transferência** de eleitores equivalente a **10%** das transferências do ano anterior
  2. eleitorado **> 2x** o número de pessoas entre **10 e 15 anos e superior a 70 anos**.
  3. eleitorado **> 80% da população projetada** para a zona pelo IBGE (Resolução 23.659/2021) (Lei 9.504/97: > 65% da população)

a revisão **não ocorrerá**, em regra, em **ano eleitoral**, salvo em **casos excepcionais** por determinação do TSE.

## PRAZOS



CAI MUITO!

30 DIAS

- dar ampla publicidade à revisão antes do início
- início da revisão pelo Juiz Eleitoral após aprovação pelo TRE
- duração mínima do procedimento de revisão

5 DIAS

- juiz eleitoral solicitar a prorrogação da revisão (a contar do termo estipulado no edital)
- divulgação do edital que informa os eleitores da revisão

3 DIAS

- conferir ampla publicidade (locais públicos e imprensa) aos eleitores do início da revisão

a conclusão dos procedimentos deve se dar **antes de 31 de março em ano eleitoral** (se posterior, devido a prorrogação, a revisão não poderá ser homologada até a retomada das operações de cadastro)

## EDITAL

- o edital deverá conter:
  - **lista de eleitores** a comparecer (+ advertência de que o não comparecimento implica cancelamento da inscrição)
  - **documentos** a serem trazidos
  - datas de início e fim da revisão, área abrangida, dias, locais e postos de revisão
  - **hipóteses de dispensa** do comparecimento
- para a comprovação do domicílio, observar:
  - **contas e correspondências**: expedidas nos **3 meses anteriores** ao atendimento (salvo vínculo não-residencial)
  - eleitor de comunidade **indígena ou quilombola** ou pessoa em **situação de rua**: dispensa-se a comprovação.

## ASPECTOS GERAIS

- = entidade formada pela livre associação de pessoas, com organização estável e **finalidade de**:
  - alcançar/manter o poder político-estatal
  - assegurar a **autenticidade do sistema representativo**
  - assegurar o **regular funcionamento do governo** e das instituições políticas
  - implementar os **direitos humanos** fundamentais

⚠ **ATENÇÃO!** o partido político **não** se equipara às entidades paraestatais.

## DESTINAÇÃO

- destinam-se a:
  - assegurar a **autenticidade do sistema representativo**
  - **defender os direitos fundamentais** e o ordenamento jurídico.

## LIBERDADE E AUTONOMIA PARTIDÁRIAS

- os partidos têm autonomia para **definir sua estrutura interna e funcionamento**
- podem adotar os critérios de escolha e regime de suas **coligações eleitorais**
- **não são absolutas**, pois os partidos **devem resguardar** a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais, assim como **observar os preceitos**: caráter nacional, proibição de recursos e subordinação estrangeira, prestação de contas, funcionamento parlamentar.

⚠ **ATENÇÃO!** são **vedadas** a verticalização partidária e coligações para eleições proporcionais

## NATUREZA JURÍDICA

- = pessoas jurídicas de **direito privado**
- ✂ **PEGADINHA!** **não** são de direito **público!**
  - devem registrar o estatuto (documento de constituição) no Registro Civil de Pessoas Jurídicas no local da sede do partido.
  - **cabe mandado de segurança** contra atos praticados por representantes ou órgãos partidos políticos devido a expressa previsão na Lei do Mandado de Segurança
  - lides judiciais transitam na **Justiça Comum**

## VEDAÇÕES

- aos partidos políticos, é vedado:
  - adotar organização militar ou paramilitar
  - ministrar instrução militar ou paramilitar
  - adotar uniforme para seus membros

## ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS

- = **divisões internas** do partido com funções específicas
- os partidos têm **autonomia para definir** prazos e mandatos dos membros dos órgãos (permanentes ou provisórios)
- ~~os **órgãos provisórios** podem existir por **até 8 anos**~~ (ADI 6.230/22) invalidou o dispositivo que previa esse prazo de 8 anos (os partidos podem fixar o prazo, mas deverá ser inferior, havendo alternância do poder)

⚠ **ATENÇÃO!**

partidos  
políticos



# partidos políticos →

## CRIAÇÃO

constituição da pessoa jurídica → registro do estatuto no TSE

## CARÁTER NACIONAL

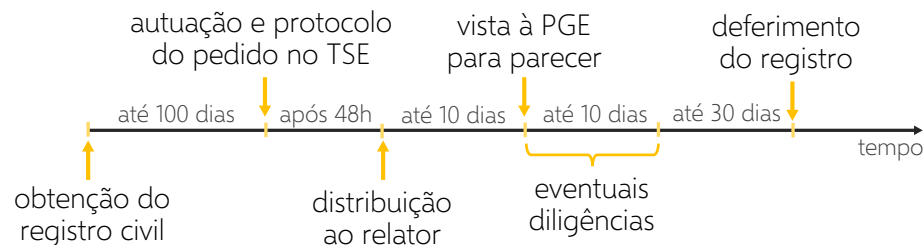
- **apoio mínimo:**
  - assinatura + título eleitoral de  $\geq 0,5\%$  do **número de votos válidos** computados na última eleição para a **Câmara dos Deputados**
  - assinaturas devem ser registradas em  $\geq 1/3$  dos estados ( $\geq 9$  estados)
  - cada estado deve computar  $\geq 0,1\%$  do **eleitorado** recebido no estado para a **Câmara dos Deputados**
- a assinatura **não implica** filiação ao partido
- o **analfabeto** pode participar
- os eleitores devem estar com cadastro regular
- as assinaturas devem ser recolhidas no **em até 2 anos**.

## FEDERAÇÕES DE PARTIDOS POLÍTICOS

- = reunião de  $\geq 2$  partidos, de abrangência nacional, que atua como única agremiação partidária após constituição e registro definitivo no TSE
- **aplicam-se as normas de fidelidade partidária** (perderá o mandato o político que se desfiliar, sem justa causa, do partido da federação)
- preserva-se a identidade e autonomia dos partidos
- deve durar **pelo menos 4 anos** (sob pena de vedação de ingressar em nova federação ou coligação nas 2 eleições seguintes e, até completar o prazo remanescente, de usar o fundo partidário)
- se um partido se desligar, a federação pode continuar até a próxima eleição (desde que  $\geq 2$  partidos)

## REGISTRO


### PROCEDIMENTO DE REGISTRO IMPORTANTE!



## DOCUMENTOS

- **no requerimento:**
  - cópia da ata de fundação
  - exemplares do DOU que publicou { programa estatuto
  - relação dos fundadores (nome completo, naturalidade, título eleitoral, profissão, residência)
- **para o TSE:**
  - cópia autenticada do inteiro teor do programa e do estatuto inscritos no Registro Civil
  - certidão do Registro Civil
  - Certidões dos Cartórios Eleitorais comprovando o apoio mínimo

## CONSEQUÊNCIAS DO REGISTRO

- possibilidade de participação no processo eleitoral
  - exclusividade de denominação, sigla e símbolos
  - **recebimento de recursos do Fundo Partidário**
  - **acesso gratuito ao rádio e TC (propaganda eleitoral)**  **ATENÇÃO!**
- só para os partidos que, alternativamente:
- obtiverem, nas eleições p/a Câmara dos Deputados,  $\geq 3\%$  dos votos válidos, distribuídos em  $\geq 1/3$  dos estados, com  $\geq 2\%$  dos votos válidos em cada uma delas; **ou**
  - tiverem eleito  $\geq 15$  deputados federais em  $\geq 1/3$  dos estados. (há regras de transição na EC 97/2017 até 2030)

## FILIAÇÃO

→ é condição de elegibilidade!

- por eleitor em **pleno gozo dos direitos políticos** e que atender às regras do estatuto do partido
  - para o TSE, mesmo o eleitor **inelegível** pode se filiar a partido (só não pode se os direitos políticos estiverem suspensos ou perdidos)
- é **vedada atividade político-partidária** por:
  - militares
  - membros do MP
  - magistrados
  - membros do TCU
  - membros da DP
  - servidor da Justiça Eleitoral
- **tempo mínimo** de filiação partidária: **6 meses**
  - o estatuto pode estabelecer prazo superior!
- na **desfiliação**, o partido informa a condição do desfiliado, ou, em caso de inércia, o próprio interessado pode ir à Justiça Eleitoral.
  - ocorrerá de **forma automática** no caso de morte, perda de direitos políticos, ou sua suspensão por improbidade administrativa, expulsão ou outras formas previstas no estatuto.

## FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR

- = constituição de bancada e lideranças nas Casas Legislativas para defesa dos ideais
- é constitucional e não ofende o princípio da autonomia parlamentar
- a "cláusula de barreira" do art. 13 da Lei 9.096/95 foi considerada inconstitucional, e agora vigoram as regras da EC 97/17 (para acesso a rádio e TV e recebimento de recursos do fundo partidário)

# partidos políticos

## PROGRAMA E ESTATUTO

programa	= enumeração dos <b>objetivos políticos</b> do partido
estatuto	= regulamento do partido: <ul style="list-style-type: none"> <li>• organização</li> <li>• estrutura interna</li> <li>• funcionamento da agremiação</li> </ul>

**ATENÇÃO!** é **vedado** o estabelecimento de **direitos específicos** para determinadas **categorias de membros** do partido político.

**NOVIDADE!** (EC 111/21) em alterações dos estatutos, só cabe ao TSE analisar os dispositivos alterados!

## TROCA DE PARTIDO

(EC 97/2017)

- ao **eleito por partido político que não preenche os requisitos** para acesso a rádio e TV e recebimento de recursos do fundo partidário, é **assegurado o mandato e facultada a filiação** (sem perda de mandato) a **outro partido** que os tenha preenchido.
  - essa filiação **não** é considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e TV.

## FIDELIDADE PARTIDÁRIA

- o próprio **partido político** deve **estabelecer** normas de disciplina e fidelidade partidárias
- infidelidade partidária**: quando o afiliado, sem "justa causa", deixar de cumprir os deveres e obrigações estabelecidas pelo partido

## DISCIPLINA PARTIDÁRIA

- = violações às normas do partido sujeitarão o infrator a **apuração e punição internas** (tipificadas e previstas no estatuto).
- deve ser garantido ao filiado o **direito de defesa**

## DESFILIAÇÃO IMOTIVADA CAI MUITO!

- = pelo detentor de mandato que **se desfiliar sem justificativa** do partido ao qual estava vinculado nas eleições.
- no sistema majoritário**: a desfiliação imotivada **não** implica perda do cargo (ou haveria violação à soberania popular)
- no sistema proporcional**: a desfiliação imotivada **implica perda do cargo**

### HIPÓTESES DE JUSTA CAUSA PARA DESFILIAÇÃO:

- alterações substanciais no programa** do partido ou sua não observância
- o partido praticar **grave discriminação política** contra o detentor do mandato
- o detentor mudar de partido no **período de 30 dias antes do prazo de 6 meses** que antecedem as eleições (janela de desfiliação), para que possa concorrer às próximas eleições por outro partido.
- anuência** do partido político (EC 111/2021)

**não** são mais hipóteses de justa causa a incorporação ou fusão de partido e criação de novo partido

## FUSÃO

- = união de  $\geq 2$  partidos para **formar um terceiro**.
- é necessário criar **novo**
  - estatuto, projeto, programa
  - órgão de direção (maioria absoluta dos órgãos nacionais dos partidos envolvidos)
- é necessário realizar **novo registro** civil e no TSE

## INCORPORAÇÃO

- = absorção de um partido por outro.
- a agremiação **a ser incorporada** vota (por maioria absoluta) sobre a adoção do **estatuto e do programa do incorporador**
- após essa decisão, haverá **reunião conjunta** de ambos para decidir quanto ao novo órgão de direção nacional

partido incorporado	<ul style="list-style-type: none"> <li>deixa de existir</li> </ul>
partido incorporador	<ul style="list-style-type: none"> <li>se mantém, mas aumenta</li> <li>deve registrar alterações no ofício civil e TSE</li> <li>agrega os recursos do incorporado</li> </ul>



só é admitida a **fusão ou incorporação** de partido político que tenha obtido o **registro definitivo do TSE há  $\geq 5$  anos**

partidos políticos

# partidos políticos



## EXTINÇÃO



- pode ocorrer nos **casos** de:
  - fusão ou incorporação
  - decisão do próprio partido
  - determinação do TSE

## POR DETERMINAÇÃO DO TSE DECORE!

- quando ficar provado que o partido:
  - recebeu ou está recebendo **recursos** financeiros de procedência **estrangeira**
  - está **subordinado** a entidade/governo **estrangeiro**
  - não prestou contas** à Justiça Eleitoral (só resulta em cancelamento caso sejam as contas do órgão **nacional**, do regional ou municipal, não)
  - mantém **organização paramilitar**
- procedimento:**
  - exige **provocação** (ajuizamento de ação judicial)
  - pode ser iniciado por:
    - denúncia de {eleitor\* / partido político}
    - representação do PGE
  - \* será remetida ao PGE para que promova a ação (caso a denúncia seja fundamentada)

## PROPAGANDA PARTIDÁRIA



- será **gratuita**  no rádio e na TV
- entre **19:30 e 22:30**
- em **≤ 10 inserções de 30s**, divididas nos intervalos comerciais, proporcionalmente, no decorrer das **3 horas** de veiculação: 

1ª hora	≤ 3 inserções
2ª hora	≤ 3 inserções
3ª hora	≤ 4 inserções

as inserções **não podem ser sequenciadas** (devem respeitar um intervalo de 10min)

- âmbito **nacional**: terça, quinta e sábado
- âmbito **estadual**: segunda, quarta e sexta
- as inserções nacionais podem veicular conteúdo **regionalizado** (com comunicação prévia ao TSE)
- em caso de **coincidência de data**: terá prioridade o partido que apresentar o **requerimento primeiro**

PERMITIDO	PROIBIDO
<ul style="list-style-type: none"> <li>expor sobre os <b>programas partidários</b> e sua execução</li> <li>falar sobre os <b>eventos e atividades</b> congressuais do partido</li> <li>divulgar a <b>posição do partido</b> sobre temas políticos e ações da sociedade</li> <li><b>incentivar</b> a <b>filiação</b> partidária</li> <li>promover a <b>participação política</b> de <b>mulheres, jovens e negros</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>participação de <b>não filiados</b></li> <li>divulgação de propaganda de candidatos, <b>defesa de interesses pessoais</b> ou de outros partidos</li> <li>uso de <b>imagens/vídeos incorretos</b>, incompletos ou adulterados</li> <li>uso de <b>matérias falsas</b></li> <li><b>preconceito</b> racial, de gênero ou origem</li> <li>incitação da <b>violência</b></li> </ul>

# partidos políticos

= FINANÇAS =

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

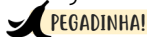
→ para fiscalização pela Justiça Eleitoral

- os partidos devem realizar a **escrituração contábil**
- o balanço contábil do **ano anterior** deve ser encaminhado à Justiça Eleitoral **até 30/06** (=prestação anual)

órgão nacional	ao TSE
órgão regional	ao TRE
órgão municipal	aos Juízes Eleitorais

→ cada esfera responde exclusivamente no caso de irregularidade

os órgãos municipais que não movimentarem recursos ou arrecadarem bens ficam **desobrigados** de prestar contas e de enviar declarações tributárias (mas deve enviar declaração de ausência de movimentação)

- o balanço contábil deve conter:
  - valores e destinação** dos recursos do fundo partidário
  - origem e valor de **contribuições/doações**
  - despesas eleitorais de forma discriminada
  - discriminação detalhada** de receitas e despesas
- os partidos devem **manter a documentação** comprobatória por **pelo menos 5 anos**
- a **desaprovação** da prestação de contas **não** enseja sanção que o **impeça de participar** do pleito 

## DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS

- implica em:
  - devolução dos valores** irregulares +
  - multa de até 20%** do valor
    - o pagamento será efetuado por **descontos futuros** nas quotas do Fundo a que teria direito (em no máximo 50% do valor)
- a penalidade só será aplicada caso as **contas sejam julgadas em até 5 anos**


## RECURSO

→ recebido com efeito suspensivo

- contra decisão de:
  - juiz eleitoral:** recurso ao TRE (apelação cível eleitoral)
  - TRE:** recurso ao TSE (recurso especial)
  - TSE:** não cabe recurso (salvo se violar a CF)

## RESPONSABILIZAÇÃO DOS DIRIGENTES

- em caso de:
  - conduta dolosa
  - enriquecimento ilícito
  - lesão ao patrimônio do partido
  - irregularidade grave e insanável

- é **vedado** o recebimento de recursos de: 
  - entidade ou governo estrangeiros
  - entes públicos e pessoas jurídicas (salvo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e dotações do art. 38)
  - entidade ou classe sindical
  - pessoas físicas que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração; cargo ou emprego público temporário (salvo os filiados a partido político)



# partidos políticos

= FUNDO PARTIDÁRIO =

## DISTRIBUIÇÃO



5%	entrega em <b>partes iguais</b> a todos os partidos que atendam aos requisitos de acesso ao fundo
95%	entrega <b>proporcional</b> aos <b>votos obtidos</b> na última eleição geral para a Câmara dos Deputados (desconsideradas mudanças de filiação partidária em qualquer hipótese)

os votos a **candidatas mulheres** ou a **candidatos negros** entre 2022 e 2030 são **contados em dobro** (uma única vez)

**NOVIDADE!** EC 111/2021

## ASPECTOS GERAIS

= aplicação financeira que concentra depósitos a serem **rateados entre os partidos**.

**FONTES** → deve ser identificada para permitir o controle de legalidade dos valores

- **multas** e penalidades pecuniárias (decorrentes do C.E. e conexos)
- recursos financeiros a ele **destinados por lei** (permanente ou eventual)
- **doações de pessoa física** ~~ou jurídica~~, por **depósitos bancários** diretamente na conta do Fundo Partidário
- **dotações orçamentárias** da União → no orçamento do Judiciário (TSE)  
 $\geq (\text{nº de eleitores inscritos em 31/12 do ano em valores de anterior ao da proposta orçamentária} \times R\$0,35)$  (agosto de 1995)

- doações feitas **diretamente a partido**:
  - podem ser recebidas por **qualquer esfera** do partido
  - devem ser **informadas** ao órgão superior do partido e à Justiça Eleitoral, indicando a destinação do dinheiro

## ADMINISTRAÇÃO

- **depósitos**: em bancos controlados pelo Poder Público Federal ou Estadual e, inexistindo esses, em banco escolhido pelo órgão diretivo do partido

## DESTINAÇÃO

- **manutenção das sedes e serviços** do partido.
  - o pagamento de pessoal deve se limitar a:
    - 50% para o órgão nacional
    - 60% para cada órgão estadual e municipal
- **propaganda** doutrinária política
- **alistamento e campanha** eleitorais
- criação/manutenção de instituto ou fundação de **pesquisa** e de **doutrinação e educação** política (mínimo de 20%)
- criação/manutenção de programas de promoção e difusão da **participação política das mulheres**
  - no mínimo 5% do total
    - se não forem utilizados os 5%: depositar em conta específica para ser usado (na mesma finalidade) no ano seguinte.
    - se descumprir: deverá destinar um adicional de 12,5% à participação política das mulheres

## ASPECTOS GERAIS


- = situação fático-jurídica que **impede** o candidato de **exercer mandato** eletivo.
- refere-se à **adequação** do indivíduo ao regime jurídico do processo eleitoral

## FUNDAMENTOS

- as **hipóteses** de inelegibilidade decorrem principalmente de:
  - sanções** → a decisão judicial constitui o status de inelegível do candidato
  - situação jurídica** (status profissional ou outras situações específicas previstas na legislação) do indivíduo ao registrar a candidatura → a decisão tem apenas caráter declaratório (inelegibilidade é originária/inata)

# INELEGIBILIDADES

## AFERIÇÃO DE ELEGIBILIDADE

- em regra, a aferição é no **momento da formalização do pedido** de registro da candidatura
  - exceções:**  **IMPORTANTE!**
    - domicílio eleitoral
    - filiação partidária
    - idade mínima → data da **posse**
- data do **pleito**
- para o **vereador**, a aferição dos 18 anos será na data de registro de candidatura.

## INELEGIBILIDADES SUPERVENIENTES

- as alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao registro, que afastem a elegibilidade, podem ser aferidas e dar causa à perda de capacidade eleitoral passiva
- é possível recorrer contra a diplomação (RCED) caso o candidato seja eleito


## ARGUIÇÃO DE INELEGIBILIDADES

- principais **ações**:
- ação de impugnação ao registro de candidatos (AIRC)
- ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)
- recurso contra expedição de diploma (RCED)
- ação de impugnação de mandato eletivo (AIME)

## COMPETÊNCIA

CARGO ENVOLVIDO	COMPETÊNCIA
presidente da república ou vice	TSE
cargos municipais	Juiz Eleitoral
demaís cargos eletivos	TRE

## AIRC

- legitimados ativos para propor AIRC:
    - candidato/pré-candidato**
    - partido político**
    - coligações**
    - Ministério Público**
- o **cidadão** não tem legitimidade, mas pode apresentar **notícia de inelegibilidade** ao juiz
-  **ATENÇÃO!**
- salvo o membro que, nos últimos 4 anos, disputou a cargos eletivos, integrou diretório de partido ou exerceu atividade político-partidária

## JURISPRUDÊNCIAS IMPORTANTES

- o partido que **não impugnou o registro** do candidato **não pode recorrer** da sentença que o deferiu (salvo matéria constitucional)
- não há formação de litisconsórcio necessário** em processo de registro de candidatura
- o **Juiz Eleitoral pode conhecer de ofício** da existência de causas de inelegibilidade ou da ausência de condição de elegibilidade (desde que resguardados o contraditório e a ampla defesa)

## INELEGIBILIDADES ABSOLUTAS

→ impedem o exercício de qualquer cargo eletivo

- **inaptáveis e analfabetos**
- **perda do mandato eletivo legislativo**
  - por **falta de decoro** parlamentar ou por **condutas incompatíveis** com o mandato
  - para as eleições que se realizarem durante o **período remanescente** de seu mandato + **8 anos subsequentes**
- **perda do mandato executivo em Estado ou Município**
  - em casos de *impeachment* → no Executivo Federal, há regimento próprio e é por crime de responsabilidade
  - vale para o titular e para o vice
  - para as eleições que se realizarem durante o **período remanescente** de seu mandato + **8 anos subsequentes**
- **abuso do poder econômico ou político nas eleições**
  - quando há representação julgada procedente pela J. Eleitoral (transitada em julgado ou por órgão colegiado)
  - para as eleições na qual concorrem ou foram diplomados + **8 anos subsequentes** → início do prazo = dia da eleição (TSE)
- **indignidade do oficialato**
  - pelo prazo de **8 anos**
- **rejeição de contas**
  - por irregularidade insanável que configure **ato doloso de improbidade administrativa**
  - em decisão **irrecorrível** do órgão competente → salvo se suspensa ou anulada pelo Judiciário
  - para as eleições que ocorrerem nos **8 anos subsequentes** (a contar da **data da decisão**)
- **abuso do poder econômico ou político no exercício de cargo público**
  - por detentor de cargo na administração direta, indireta e fundacional
  - em benefício próprio ou de terceiros
  - condenação transitada em julgado ou por órgão colegiado
  - para as eleições na qual concorrem ou foram diplomados + **8 anos subsequentes** → início do prazo = dia da eleição (TSE)

## inelegibilidades = INFRACONSTITUCIONAIS =

- **condenação criminal, vida progressiva**
  - condenados (trânsito em julgado) com suspensão dos direitos políticos
  - desde a condenação + **8 anos** após o cumprimento da pena  
→ não se aplicam a crimes de menor potencial ofensivo e aos de ação privada
- implica inelegibilidade a **condenação por dolo** nos crimes:
  - contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público
  - contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência
  - contra o meio ambiente e a saúde pública;
  - eleitorais → para os quais a lei comine pena privativa de liberdade
  - de abuso de autoridade → com condenação à perda do cargo ou inabilitação ao exercício de função pública
  - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores
  - de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos
  - de redução à condição análoga à de escravo
  - contra a vida e a dignidade sexual
  - por organização criminosa, quadrilha ou bando;

### JURISPRUDÊNCIAS IMPORTANTES **ATENÇÃO!**

- conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos **não** afasta a inelegibilidade
- a prescrição da pretensão executória do Estado **não** extingue os efeitos secundários da condenação (inclusive a inelegibilidade)
- o indulto **não** equivale à reabilitação, mantendo os efeitos secundários (inclusive a inelegibilidade)

# INELEGIBILIDADES

= INFRACONSTITUCIONAIS =

## INELEGIBILIDADES ABSOLUTAS

- **cargo ou função em instituição financeira liquidada**
  - exercício de cargo/função de direção, administração ou representação nos 12 meses anteriores à decretação
  - enquanto não forem **exonerados** da responsabilidade (não se estende por "8 anos seguintes")
- **condenado por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos em campanha ou por condutas vedadas a agentes públicos em campanha** → que implique cassação do registro ou diploma
  - pelo prazo de **8 anos** a contar da eleição
- **renúncia ao mandato eletivo**
  - renúncia feita desde o oferecimento da representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a CF, CE ou LODF, Lei Orgânica de Município
  - para as eleições que se realizarem durante o **período remanescente** de seu mandato + **8 anos** subsequentes
- **improbidade administrativa**
  - aos condenados (transitado em julgado ou por órgão colegiado) à suspensão dos direitos políticos por **ato doloso** de improbidade que importe **lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito** (ao mesmo tempo! (TSE, REspe 4932))
  - desde a condenação/trânsito em julgado até o transcurso de **8 anos** após o cumprimento da pena

- **exclusão do exercício profissional**
  - por decisão sancionatória (administrativa) do **órgão profissional** competente
  - devido a infração **ético-profissional**
  - por **8 anos** (salvo decisão anulada ou suspensa pelo Judiciário)
- **simulação do desfazimento de vínculo conjugal**
  - aos condenados (transitado em julgado ou por órgão colegiado) por desfazimento ou simulação de desfazimento de casamento ou união estável **para evitar a inelegibilidade**
  - por **8 anos** após a decisão
- **demissão do serviço público**
  - em decorrência de **processo administrativo** ou judicial
  - por **8 anos** após a decisão
  - aplica-se aos militares (sanções análogas)
  - suspensão ou anulação da decisão ou a absolvição criminal que negue a existência do fato ou autoria afastam a inelegibilidade
- **doação eleitoral ilegal**
  - afeta pessoas físicas e os dirigentes de pessoa jurídica
  - por decisão (transitado em julgado ou por órgão colegiado)
  - por **8 anos** após a decisão
- **magistrados e membros do MP que:**
  - forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória
  - tenham perdido o cargo por sentença
  - tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de PAD
  - por **8 anos** após a decisão.

## INELEGIBILIDADES RELATIVAS

→ impedem o exercício de cargos eletivos específicos

### PARA PRESIDENTE E VICE DA REPÚBLICA

- precisam se afastar definitivamente do cargo ou função por pelo menos **6 meses**: **ATENÇÃO!**
  - Ministros de Estado e Secretários de Estado
  - Chefes dos órgãos de assessoramento direto da Presidência
  - Chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência
  - Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas
  - Chefe do Estado-Maior e Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica
  - Advogado-Geral da União e Consultor-Geral da República
  - Magistrados e membros do MP → descompatibilização definitiva
  - Presidentes, Diretores e Superintendentes de:
    - autarquias
    - empresas públicas
    - sociedades de economia mista
    - fundações públicas
  - Governadores e Prefeitos
  - Interventores Federais
  - Membros do TCU e TCEs
  - Diretor-Geral do Departamento de PF
  - Secretários Gerais, Executivos, Nacionais e Federais dos Ministérios, e equivalentes
  - os que tenham exercido nos Estados, DF, Territórios e em qualquer Poder da União, cargo ou função de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado
  - os que tiverem competência ou interesse (direta, indireta ou eventual) no lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos (inclusive paraísos fiscais) ou para aplicar multas relacionadas
  - os que hajam exercido cargo/função de direção, administração ou representação em PJ que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão de Poder Público ou sob seu controle (salvo contratos com cláusulas uniformes)
  - os que tenham exercido cargo de Presidente, Diretor ou Superintendente de sociedades com objetivos exclusivos de operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito (inclusive através de cooperativas e empresa que gozem de vantagens asseguradas pelo Poder Público, salvo contratos com cláusulas uniformes)

## ← INELEGIBILIDADES = INFRACONSTITUCIONAIS =

- precisam se afastar definitivamente do cargo ou função por pelo menos:
  - 4 meses**, os que ocuparam cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe mantidas (total ou parcialmente) por contribuições impostas pelo poder público ou com recursos da Previdência
  - 3 meses**, os servidores públicos (estatutários ou não) de órgãos/entidades da Administração direta ou indireta da União, Estados, DF ou Municípios (inclusive fundações) → garantidos seus **vencimentos integrais**
    - para **Auditores Fiscais** (da Receita, inclusive estadual, ou do Trabalho), o prazo é de **6 meses** (para os envolvidos com tributos, esse afastamento é não-remunerado)
    - para servidores **comissionados**, o afastamento é **definitivo**



# INELEGIBILIDADES

= INFRACONSTITUCIONAIS =

## INELEGIBILIDADES RELATIVAS

→ impedem o exercício de cargos eletivos específicos

### PARA GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR

- são inelegíveis **os mesmos inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente**, respeitados os **mesmos prazos**
  - no tocante a repartição pública, associação ou empresas, serão aquelas que operarem no respectivo Estado ou DF
- devem se afastar definitivamente de seu cargo ou função por pelo menos **6 meses**:
  - Chefes dos Gabinetes Civil e Militar do Governador
  - Comandantes do Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea
  - Diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos Municípios
  - Secretários da administração municipal ou membros de órgãos congêneres

 **DECORE!** os casos de inelegibilidade relativa **exclusivos** dos governadores são todos de 6 meses

### PARA PREFEITO E VICE-PREFEITO

- são inelegíveis **os mesmos inelegíveis para os cargos de Presidente e Governador**, por identidade de situação, pelo prazo de **4 meses**
  - no caso de **servidores públicos**, mantem-se o prazo de **3 meses**
- devem se afastar definitivamente de seu cargo ou função por pelo menos **4 meses**:
  - os membros MP e DP em exercício na Comarca (sem prejuízo dos vencimentos integrais)
  - as autoridades policiais em exercício no Município (civis ou militares)

### PARA O SENADO FEDERAL

- são inelegíveis **os mesmos inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente**, respeitados os **mesmos prazos**
  - no tocante a repartição pública, associação ou empresas, serão aquelas que operarem no respectivo Estado ou DF
- em cada Estado/DF, são inelegíveis **os mesmos inelegíveis para os cargos de Governador e Vice** (mesmas condições e prazos)

### PARA DEPUTADO FEDERAL E ESTADUAL

- são inelegíveis, por identidade de situação, **os mesmos inelegíveis para os cargos no Senado Federal**, respeitados os **mesmos prazos**

### PARA VEREADOR

- são inelegíveis, por identidade de situação, **os mesmos inelegíveis para os cargos no Senado e na Câmara dos Deputados**, assim como para os de **Prefeito e Vice**, com o prazo de **6 meses** para a descompatibilização
  - para os **servidores públicos**, persiste a regra de **3 meses** (remunerados)

 **DECORE!**

Governador	= presidente	mesmos prazos
Senador	= presidente + governador	mesmos prazos
Deputado	= senador	mesmos prazos
Prefeito	= presidente + governador	4 meses
Vereador	= senador + prefeito	6 meses

## SISTEMA ELEITORAL MAJORITÁRIO

- o candidato que receber a **maioria dos votos** será o vencedor
  - maioria absoluta** = mais da metade dos votos → sistemas de dois turnos  
 ↪ Presidente, Governador, Prefeito em município com mais de 200 mil **eleitores**
  - maioria relativa** = mais votos que seus concorrentes → sistemas de turno único  
 ↪ Senador e Prefeito em município com até 200 mil **eleitores**

## SISTEMA ELEITORAL PROPORCIONAL

- permite voto não só a um candidato, mas a uma **legenda**
- adotado para **cargos do Legislativo** (salvo Senador)

$$QE = \frac{\text{Votos Válidos}}{\text{Vagas Ofertadas}}$$

→ candidatos + legenda  
 → arredonda-se o resultado

- Quociente Eleitoral
- a **cada QE votos recebidos**, o partido pode **indicar um candidato**.

$$QP = \frac{\text{Votos Válidos}}{QE}$$

→ candidatos + legenda  
 → despreza-se a fração (sem arredondar)

- Quociente Partidário
- QP indica **quantos candidatos foram eleitos pelo partido**.

### ⚠️ ATENÇÃO!

para poder ser eleito no sistema proporcional, o **candidato deve ter pelo menos 10% do QE de votos** (mesmo que o partido tenha direito à vaga, o candidato não é eleito se não tiver o mínimo!)

## SISTEMA ELEITORAL MISTO

- mescla regras** do sistema majoritário com a do proporcional
- no Brasil, **não** é aplicado! Ora usamos o majoritário, ora o proporcional, a depender do cargo.

# SISTEMAS ELEITORAIS

- podem **sobrar vagas** caso:
  - pela distribuição em função do QP, não se ocuparem todas as vagas
  - se um candidato não obtiver a votação nominal mínima
- poderão **concorrer às vagas**:
  - partidos** → com pelo menos 80% do QE
  - candidatos** → com pelo menos 20% do QE

$$\text{Média} = \frac{\text{Votos do Partido}}{\text{Vagas obtidas pelo Partido} + 1}$$

- O partido com **maior média** ocupará a vaga (repete-se sucessivamente para demais vagas, se houver)

# SISTEMAS ELEITORAIS

## COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA

- = agrupamentos transitórios de partidos criados para disputar nas eleições
  - podem ser feitas para as eleições majoritárias (nas proporcionais, não!)
  - sua denominação **não** pode:
    - coincidir ou fazer referência a nome ou número de candidato
    - conter pedido de voto para partido político
  - a coligação pode inscrever candidatos de qualquer dos partidos
  - representação de seus interesses na Justiça Eleitoral:
    - por representante eleito ou
    - por Delegados escolhidos
- não têm capacidade postulatória

Órgão	Número de Delegados
Juiz Eleitoral	3
TRE	4
TSE	5

## CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

- = sistema para a seleção, dentro do partido, dos candidatos que irão concorrer às eleições
- haverá tantas convenções quantas forem as eleições (e em todas as esferas: nacional, estadual e municipal)
- são órgãos de deliberação do partido, regidos por seu estatuto.
  - se o estatuto for omissivo, o órgão de direção nacional do partido definirá as normas e publicá-las no DOU em até 180 dias antes da eleição
  - os diretórios estaduais e municipais devem observar as diretrizes do órgão nacional → caso contrário, este poderá anular as deliberações e atos decorrentes, e terá 10 dias para escolher novos candidatos, se necessário.

em regra, a formação de coligações também é deliberada nas convenções, mas essa atribuição pode ser delegada ao órgão nacional do partido

## MOMENTO DE REALIZAÇÃO

- entre 20 de julho a 5 de agosto do ano das eleições
- deve-se lavrar a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em 24 horas em qualquer meio de comunicação.
- é possível reconhecer a regularidade de atos partidários que não obedeceram a formalidade, desde que não se evidencie indícios de irregularidade ou fraude (TSE)

## CANDIDATURA NATA **INCONSTITUCIONAL!**

- = privilégio de Deputado Federal, Estadual ou Distrital e Vereador de se lançar à reeleição independentemente de escolha em convenção partidária
- basta estar filiado ao mesmo partido pelo qual foi eleito
- o dispositivo que a previa foi declarado inconstitucional pelo STF por ferir o Princípio da Isonomia e da Autonomia Partidária.

## NÚMERO DE CANDIDATOS

### PARA O PODER EXECUTIVO

= um único candidato por partido

### PARA SENADOR

ano de eleição de 2 senadores	2 candidatos
ano de eleição de 1 senador	1 candidato

### PARA DEPUTADOS E VEREADORES

= o total de lugares a preencher para o respectivo cargo + 1

## QUOTA DE GÊNERO

- cada partido/coligação preencherá no **mínimo 30% e no máximo 70%** de candidatos de **cada sexo**

fração:

- igualada a 1 no cálculo do mínimo
- desprezada no cálculo do máximo.

## VAGAS REMANESCENTES

- o partido **não é obrigado a preencher** todas as vagas (pode indicar menos pré-candidatos)
- o partido **pode preencher** as vagas até 30 dias antes das eleições
  - não é necessária nova convenção (os próprios órgãos de deliberação podem indicar os candidatos)

# SISTEMAS ELEITORAIS

= REGISTRO DE CANDIDATURA =

## PRAZO LIMITE

- = 19h de 15 de agosto do ano eleitoral
- hipóteses de **registro posterior**:
  - registro de vagas remanescentes
  - substituição de candidatos
  - pedido pelo pré-candidato regularmente escolhido que não constar na lista publicada

- quando os pré-candidatos escolhidos são **registrados** perante a Justiça Eleitoral, **se tornam candidatos** propriamente ditos.

## NOME PARA REGISTRO

- exige-se que o candidato indique **nome completo + 3 opções de nome** para o registro
- nome que aparecerá na urna**: a lei é **mais flexível** e permite a indicação de três opções

**HOMONÍMIA** → nomes escritos ou pronunciados da mesma forma

- os candidatos deverão comprovar que são conhecidos por tal nome
- tem **preferência** o candidato que (na data máxima prevista para o registro) esteja **exercendo mandato eletivo** ou o tenha exercido nos últimos 4 anos, ou que nesse mesmo prazo se tenha candidatado (outros candidatos ficam impedidos de usar o mesmo nome)
- tem **preferência**, em seguida, o candidato que, em sua vida política, social ou profissional, seja identificado por tal nome
- não se resolvendo, os candidatos têm **dois dias para chegar a um acordo** e, não havendo, a Justiça Eleitoral registrará cada candidato com o **nome e sobrenome** constantes do pedido de registro (observada a ordem de preferência)

- A Justiça Eleitoral **indeferirá** todo pedido de **variação de nome** coincidente com **nome de candidato a eleição majoritária**

→ **salvo** para candidato que esteja exercendo mandato eletivo ou o tenha exercido nos últimos 4 anos, ou que, nesse mesmo prazo, tenha concorrido em eleição com o nome coincidente

## SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO

- permitida caso o candidato indicado:
  - for inelegível
  - renunciar
  - falecer
  - tiver o registro indeferido ou cancelado
- o partido terá **10 dias** para indicar o substituto (escolhido por maioria absoluta do órgão executivo)
- só é possível se **até 20 dias antes das eleições**, salvo no caso do **falecimento** (até às vésperas do pleito)

## CANCELAMENTO

- caso o candidato seja **expulso do partido**, terá seu registro cancelado.

## NÚMERO DO CANDIDATO

→ Presidente, Governador e Prefeito

executivo	LL
senador	LLX
deputado federal	LLXX
deputado estadual	LLXXX
eleições municipais	em resolução TSE

LL = algarismos da legenda  
(o partido tem direito a manter sua legenda)

X = algarismo adicional

*sistemas*  
**ELEITORAIS**  
*eleitorais*  
= REGISTRO DE CANDIDATURA =



## ASPECTOS GERAIS

- princípios para a arrecadação de recursos em campanha:
  - lisura das eleições
  - igualdade entre candidatos
  - equilíbrio no pleito

## FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

- criado pela **Lei 13.487/17**
- seus recursos devem ser usados exclusivamente em **gastos de campanha**
- a lei define os recursos e o **TSE fixa o valor, seguindo os critérios definidos em lei**
  - valor destinado ao FEFC = ao percentual dos recursos da reserva específica a programações decorrentes de emendas de bancada estadual impositiva (encaminhado no projeto de lei orçamentária anual)
  - caso haja excesso de dotações ao Legislativo, o percentual pode ser reduzido mediante compensação.
  - os recursos são **depositados** pelo Tesouro Nacional em conta no Banco do Brasil até o **1º dia útil de junho** do ano eleitoral
    - nos 15 dias seguintes, o TSE divulgará o valor
  - caso haja **renúncia** ao valor do FEFC (até 1º dia útil de junho) por partido, **não é permitida sua redistribuição** aos demais: os recursos são devolvidos aos cofres públicos

# RECURSOS ELEITORAIS

no Brasil, é misto (público e privado)

## FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

### PÚBLICO

- são **3 fontes**:
  - fundo partidário
  - propaganda gratuita no rádio/TV
  - imunidade tributária aos partidos

### PRIVADO

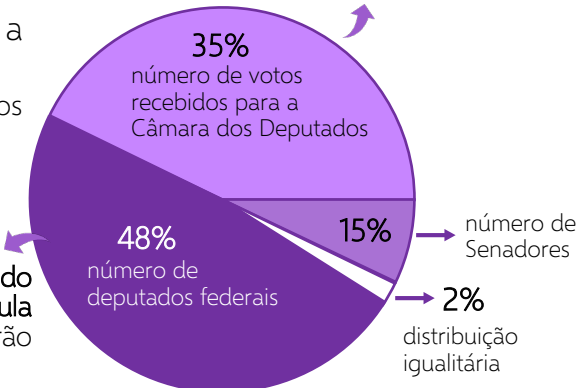
- são várias fontes:
  - recursos próprios do candidato
  - recursos do partido *é vedado o financiamento por pessoas jurídicas!*
  - doações de pessoas **físicas** ou outros candidatos
  - receita decorrente de
    - venda de bens ou serviços
    - realização de eventos
    - aplicação financeira

## DISTRIBUIÇÃO

**! IMPORTANTE!**

- de acordo com a **representatividade** do partido (resultados na eleição anterior)

até 2030, os votos recebidos por **mulheres** e **negros** são contados em **dobro**!



se o Deputado **migrar de partido** por ele não ter atingido a **cláusula de barreira**, seus votos **não** serão considerados nesses 48%

## ARRECADAÇÃO

→ sob responsabilidade dos partidos

### LIMITES

- são definidos em **lei** e divulgados pelo **TSE**
- haverá **prestação de contas**, em que deverão ser incluídos não só as despesas dos candidatos, mas também os recursos do partido (que puderem ser individualizados) usados para a campanha de seus candidatos.
- haverá **multa** para os partidos que descumprirem os limites: **100% do valor** que ultrapassar.
  - o candidato poderá sofrer AIJE (Investigação Judicial Eleitoral) conforme a Lei de Inelegibilidade

### FONTES VEDADAS



DECORE!

- listadas no **art. 24** da Lei das Eleições:
  - entidade ou governo estrangeiro;
  - órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público
  - concessionário ou permissionário de serviço público
  - entidade de direito privado que receba contribuição compulsória em virtude de disposição legal
  - entidade de utilidade pública • entidade de classe/sindical
  - PJ sem fins lucrativos que receba recursos do exterior
  - entidades beneficentes e religiosas • entidades esportivas
  - organizações não-governamentais que recebam recursos públicos • OSCIPS
- o limite de **doação pelo próprio candidato** será **apurado anualmente pelo TSE** e RFB
- **violações** feitas pelo **partido político** implicam:
  - perda ou suspensão do direito ao recebimento das quotas do fundo partidário
  - possível condenação por abuso de poder

## ADMINISTRAÇÃO DA CAMPANHA

- cuidar dos gastos de campanha é responsabilidade direta do **candidato**, que pode ser auxiliado por um **gestor financeiro**
  - ambos serão solidariamente responsáveis pelas informações
- o candidato deve abrir uma **conta bancária específica** para a campanha (mesmo que não haja movimentação financeira)
  - apenas os **recursos** aplicados diretamente pelo **partido** não precisam transitar por essa conta
  - os recursos do **próprio candidato** devem transitar na conta **PEGADINHA!**
  - é **irregularidade insanável** a arrecadação de recursos e a realização de despesas **antes da abertura** da conta
- o banco **encerrará a conta** ao término da eleição, transferindo eventuais **saldos remanescentes** à conta do órgão de direção do partido
- se não houver agência bancária no **município**, a abertura da conta está dispensada na respectiva eleição municipal.

## RECURSOS ELEITORAIS

### ARRECADAÇÃO PRÉVIA

- antes do registro, o **pré-candidato** pode arrecadar recursos por **financiamento coletivo**
- deve haver identificação obrigatória de:
  - nome,
  - CPF e por colaborador
  - valor doado
- caso o pré-candidato tenha seu **registro indeferido**, deverá **devolver os valores** aos doadores

## DE PESSOA FÍSICA

- **cheques** cruzados e nominais
- **transferência eletrônica** de depósitos
- **depósitos em espécie** (devidamente identificados e até o limite fixado em lei)
- mecanismo disponível em **site** do candidato, partido ou coligação (inclusive por cartão de crédito)
- por **financiamento coletivo** por meio de sítios na Internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares
  - ➔ não é necessário apresentar **recibo** para cada doação, mas apenas indicar **lista de doadores** com os valores doados e seus CPFs.
- **comércio** de bens e/ou serviços, ou promoção de **eventos de arrecadação** realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político.



entre o registro e a eleição, o candidato fica **vedado** a fazer, a pessoas físicas ou jurídicas **qualquer doação**:

- em dinheiro
- de troféus,
- de prêmios
- ajudas de qualquer espécie

## DE OUTRO CANDIDATO

- é **lícita** a doação de recursos de um candidato para outro, desde que observados os limites do art. 23, parágrafo 1º
  - ➔ o valor não pode ultrapassar 10% dos rendimentos brutos do ano anterior do doador
- o candidato será **considerado como pessoa física** para fins de doação

*recursos*  
**RECURSOS ELEITORAIS**  
*eleitorais*  
**= DOAÇÕES =**

## GASTOS ELEITORAIS

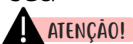
- confecção de **material impresso**
- **propaganda e publicidade** direta ou indireta (qualquer meio de divulgação)
- **aluguel** de locais para campanha
- **transporte ou deslocamento** de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas
- **correspondência** e despesas postais
- instalação, organização e funcionamento de **comitês e serviços necessários**
- **remuneração/gratificação** a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais
- montagem e operação de **carros de som**
- **comícios ou eventos**
- **produção de programas** de rádio, televisão ou vídeo (inclusive propaganda gratuita)
- **criação e inclusão de sites** e impulsionamento
- **multas** aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral;
- produção de **jingles, vinhetas e slogans** para propaganda eleitoral
- contratação (direta ou terceirizada) de pessoal para **atividades de militância e mobilização de rua** (Art. 100-A)



limite de gasto com <b>alimentação de pessoal</b>	10%
limite de gasto com <b>aluguel de veículos</b>	20%

**não são considerados gastos eleitorais** e não se sujeitam a prestação de contas:

- combustível e manutenção de veículo usado pelo candidato na campanha
- remuneração, alimentação e hospedagem do motorista (acima)
- alimentação e hospedagem própria
- uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física (até 3)



# RECURSOS ELEITORAIS

= PRESTAÇÃO DE CONTAS =



## SISTEMA SIMPLIFICADO

- adotado em caso de:
  - gastos  $\leq$  R\$20.000,00
  - eleições municipais com < 50.000 eleitores
    - ↳ obrigatório, mesmo que os gastos ultrapassem os R\$20.000,00
- deverá conter:
  - identificação das doações recebidas e das despesas realizadas (com nome e CPF/CNPJ e valores)
  - registros de sobras ou dívidas transferidas ao partido
    - ↳

## ASPECTOS GERAIS

- os candidatos, os partidos e as coligações devem prestar contas à Justiça Eleitoral dos recursos arrecadados e gastos efetuados na campanha
- não precisa haver comprovação de:
  - cessão de bens móveis de até R\$4.000,00
  - doações de bens de uso comum de sede e de materiais de propaganda entre candidatos
    - ↳ deverá constar na prestação do pagador
  - cessão de automóvel do próprio candidato, cônjuge ou parentes até 3º grau para campanha
- tanto os candidatos a eleições majoritárias como proporcionais prestam contas diretamente (não há mais obrigatoriedade da constituição de comitês)

## PRAZOS



DECORE!

eleições encerradas em único turno	até o 30º dia após o pleito
eleições encerradas no segundo turno	até o 20º dia após o pleito

- a inobservância dos prazos impede a diplomação dos eleitos
- os partidos podem assumir os débitos de campanha não quitados até a prestação
  - ↳ o órgão partidário responderá solidariamente com o candidato.

os documentos relativos às contas devem ser conservados até 180 dias após a diplomação
 

- ↳ caso haja pendência judicial, deverão ser conservados até o final da ação, se ultrapassar os 180 dias

# CRIMES ELEITORAIS

= CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
<p><b>Inscrever-se fraudulentamente o eleitor</b></p> <p>→ prevalece a corrente de que, para a <b>consumação</b>, é necessária a inscrição do eleitor no rol de alistados</p>	Reclusão (até 5 anos) e 5 a 15 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>material</b> e de <b>mão própria</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
<p><b>Induzir alguém a se inscrever eleitor com infração de qualquer dispositivo do C.E.</b></p> <p>→ abrange instigar, incitar ou auxiliar terceiro a alistar-se fraudulentamente, aproveitando de sua ingenuidade ou ignorância</p>	Reclusão (até 2 anos) e 15 a 30 dias- multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> <li><b>não</b> depende da prática do crime de falsidade ideológica eleitoral</li> </ul> <p><b>ATENÇÃO!</b> é <b>afastado</b> quando há <b>concurso de vontades</b> entre o eleitor e o autor</p>
<p><b>Efetuar o juiz, fraudulentamente, a inscrição de alistando</b></p>	Reclusão (até 5 anos) e 5 a 15 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>próprio</b></li> <li>há controvérsia na doutrina sobre a possibilidade de <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>



# CRIMES ELEITORAIS



## = CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Negar ou retardar a autoridade judiciária, sem fundamento legal, a inscrição requerida	30 a 60 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>de mera conduta</b> e de <b>mão própria</b></li> <li>há controvérsia na doutrina sobre a possibilidade de <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Perturbar ou impedir qualquer forma de alistamento ↳ a mera perturbação já consuma	Detenção (15 dias a 6 meses) ou 30 a 60 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais	Detenção (até 2 meses) ou 60 a 90 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>de mera conduta</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio	Detenção (até 6 meses) e 60 a 100 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>material</b> (impedir) ou <b>formal</b> (embaraçar) e <b>comum</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>

**ATENÇÃO!** na detenção, a pena mínima é de 15 dias

# CRIMES ELEITORAIS

## = CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Prender ou deter eleitor, membro de mesa receptora, fiscal, delegado de partido ou candidato, com violação do disposto no art. 236 (limitação às prisões entre 5 dias antes das eleições e 48h após)	Reclusão (até 4 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>material</b> e <b>próprio</b> (doutrina majoritária)</li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita ( = Corrupção Eleitoral)	Reclusão (até 4 anos) e 5 a 15 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa e exige <b>dolo específico</b></li> </ul> <p> <b>IMPORTANTE!</b> a ele, <b>não</b> se aplica o <b>princípio da insignificância</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>não exige pedido expresse de voto</b>, mas sim a comprovação da finalidade de obter/dar voto ou prometer abstenção</li> <li>o corruptor <b>passivo</b> deve ser <b>pessoa que pode votar</b></li> </ul>
Valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido ( = Coação Eleitoral)	Detenção (até 6 meses) e 60 a 100 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>próprio</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b> (parte da doutrina admite, se for por meio escrito)</li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul> <p> <b>ATENÇÃO!</b> se o agente é <b>membro ou funcionário da Justiça Eleitoral</b> e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é <b>agravada</b>.</p>



DECORE!

se a lei determina **atenuação ou agravamento** da pena sem mencionar a quantidade, o juiz deve fixá-lo **entre 1/5 e 1/3 dos limites** da pena cominada

# CRIMES ELEITORAIS

= CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
<p>Usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos ( = Coação Violenta de Eleitores)</p>	<p>Reclusão (até 4 anos) e 5 a 15 dias-multa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
<p>Promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do voto a concentração de eleitores, sob qualquer forma, inclusive o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo ( = Concentração Ilegal de Eleitores)</p>	<p>Reclusão (4 a 6 anos) e 200 a 300 dias-multa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li><b>não</b> admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul> <p><b>⚠ ATENÇÃO!</b> TSE (HC 70.543): não alcança o transporte de cidadãos no dia da realização do plebiscito</p>
<p>Intervir autoridade estranha à mesa receptora, salvo o juiz eleitoral, no seu funcionamento sob qualquer pretexto</p>	<p>Detenção (até 6 meses) e 60 a 90 dias-multa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>de mera conduta</b> e <b>próprio</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>

# crimes eleitorais

## = CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Não observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar	15 a 30 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime de <b>mera conduta</b> e <b>próprio</b> (mesário e juiz eleitoral)</li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Fornecer ao eleitor cédula oficial já assinalada ou por qualquer forma marcada	Reclusão (até 5 anos) e 5 a 15 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>próprio</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li><b>não</b> admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Rubricar e fornecer a cédula oficial em outra oportunidade que não a de entrega da mesma ao eleitor	Reclusão (até 5 anos) e 60 a 90 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>próprio</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li><b>não</b> admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem ( = Exercício Irregular do Voto)	Reclusão (até 3 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>material</b> (voto efetivo) ou de <b>mera conduta</b> (tentativa de voto) e <b>comum</b> (eleitor ou qualquer pessoa)</li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b> (já está no tipo: é crime de atentado)</li> <li>admite transação penal</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>

# CRIMES ELEITORAIS

## = CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Violar ou tentar violar o sigilo do voto	Detenção (até 2 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>material</b> (ao violar) ou de <b>mera conduta</b> (tentativa de violação) e <b>comum</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b> (já está no tipo: é crime de atentado)</li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Violar ou tentar violar o sigilo da urna ou dos invólucros	Reclusão (de 3 a 5 anos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b> (já está no tipo: é crime de atentado)</li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li><b>não</b> admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Caluniar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (= Calúnia Eleitoral)	Detenção (6 meses a 2 anos) ou 10 a 40 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa, exceto na modalidade oral</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Nas mesmas penas incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.		<p> <b>IMPORTANTE!</b></p> <p>a <b>prova da verdade do fato imputado exclui o crime</b>, mas <b>não</b> é admitida se o fato imputado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>é crime de ação privada e o ofendido, não foi condenado por sentença irrecorrível;</li> <li>é ao presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;</li> <li>é crime de ação pública, mas o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.</li> </ul>





# CRIMES ELEITORAIS

## = CÓDIGO ELEITORAL =



- a pena é **aumentada em 1/3** quando cometido contra:
  - presidente da república ou chefe de governo estrangeiro
  - funcionário público
  - na presença de várias pessoas
- por meios que facilitem a divulgação

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Difamar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação ( = Difamação Eleitoral)	Detenção (3 meses a 1 ano) e 5 a 30 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>• <b>não</b> admite <b>tentativa</b> (imputação <b>verbal</b>) e <b>admite</b> (<b>escrita</b>)</li> <li>• crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>• admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>• a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li>• <b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Injuriar alguém em propaganda político-eleitoral ou visando à propaganda eleitoral, com ofensa à dignidade ou ao decoro. (= Injúria Eleitoral)	Detenção (até 6 meses) ou 30 a 60 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>• admite <b>tentativa</b> (salvo se verbal)</li> <li>• <b>não</b> admite transação penal</li> <li>• <b>não</b> admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>• a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li>• <b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Se constituir em violência ou vias de fato	Detenção (3 meses a 1 ano) e 5 a 20 dias-multa + penas da violência	
Destruir, suprimir ou ocultar urna contendo votos, ou documentos relativos à eleição  consuma-se com a efetivação do prejuízo à eleição devido à prática	Reclusão (2 a 6 anos) e 5 a 15 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crime <b>material</b> e <b>comum</b></li> <li>• admite <b>tentativa</b></li> <li>• <b>não</b> admite transação penal</li> <li>• <b>não</b> admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>• a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li>• <b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul> <p> <b>ATENÇÃO!</b> se o agente é <b>membro ou funcionário da Justiça Eleitoral</b> e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é <b>agravada</b>.</p>




# CRIMES ELEITORAIS

## = CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Fabricar, mandar fabricar, adquirir, fornecer, ainda que gratuitamente, subtrair ou guardar urnas, objetos, mapas, cédulas ou papéis de uso exclusivo da Justiça Eleitoral	Reclusão (até 3 anos) e 3 a 15 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>material</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa se o agente é <b>membro ou funcionário da Justiça Eleitoral</b> e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é <b>agravada</b>.</li> </ul> <p><b>ATENÇÃO!</b></p>
Retardar a publicação ou não publicar, o diretor ou qualquer outro funcionário de órgão oficial federal, estadual, ou municipal, as decisões, citações ou intimações da Justiça Eleitoral	Detenção (até 1 mês) ou 30 a 60 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>próprio</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Recusar ou abandonar o serviço eleitoral sem justa causa <p>↳ TSE: o não comparecimento do mesário à votação não configura o crime, pois é prevista punição administrativa</p>	Detenção (até 2 meses) ou 90 a 120 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b>, <b>comum</b> ("recusar") e <b>próprio</b> ("abandonar")</li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
Recusar alguém cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral ou opor embaraços à sua execução (= Desobediência Eleitoral)	Detenção (3 meses a 1 ano) e 10 a 20 dias-multa	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li><b>não</b> admite <b>tentativa</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo (admite transação penal)</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação <b>não</b> gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>

# CRIMES ELEITORAIS

## = CÓDIGO ELEITORAL =

TIPO PENAL	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
<p>Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, para fins eleitorais</p> <p> <b>IMPORTANTE!</b> Para efeitos penais, equipara-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, inclusive fundação do Estado</p>	<p>Reclusão (2 a 6 anos) e 15 a 30 dias-multa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>material</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li><b>não</b> admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul> <p> <b>ATENÇÃO!</b> se o agente é <b>membro ou funcionário da Justiça Eleitoral</b> e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é <b>agravada</b>.</p>
<p>Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, para fins eleitorais</p>	<p>Reclusão (até 5 anos) e 3 a 10 dias-multa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li>crime de <b>menor</b> potencial ofensivo</li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>
<p>Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais</p> <p>(= Falsidade Ideológica Eleitoral)</p>	<p><b>Doc. público:</b> Reclusão (até 5 anos) e 5 a 15 dias-multa</p> <p><b>Doc. particular:</b> Reclusão (até 3 anos) e 3 a 10 dias-multa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b> no caso de início de elaboração do documento</li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul> <p> <b>ATENÇÃO!</b> se o agente é <b>funcionário público</b> e comete o crime prevalecendo-se do cargo <b>ou</b> se a falsificação/alteração é de <b>assentamento de registro civil</b>, a pena é <b>agravada</b>.</p>
<p>Obter, para uso próprio ou de outrem, documento público ou particular, material ou ideologicamente falso para fins eleitorais</p>	<p>A cominada à falsificação ou à alteração</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>crime <b>formal</b> e <b>comum</b></li> <li>admite <b>tentativa</b></li> <li><b>não</b> admite transação penal</li> <li>admite <b>suspensão condicional do processo</b></li> <li>a condenação gera <b>inelegibilidade</b></li> <li><b>não</b> admite modalidade culposa</li> </ul>

## ASPECTOS GERAIS

- = **procedimento específico** previsto do Código Eleitoral (arts. 355 a 364)
- aplicam-se, **subsidiariamente e supletivamente**, as regras do Código de Processo Penal
  - no processo e julgamento, assim como nos recursos e na execução

## AÇÃO PENAL ELEITORAL

- ação **pública incondicionada**
  - admitida a **ação privada** caso a pública não seja intentada no prazo legal
  - aplica-se, de forma subsidiária, o regramento previsto no CPP (art. 29)
- é **vedado** o uso de **ação penal pública condicionada à representação do ofendido**
  - inclusive nos crimes de calúnia, injúria e difamação eleitorais

# PROCESSO-CRIME ELEITORAL

## COMPETÊNCIA

- = da **Justiça Eleitoral**, em razão da **matéria** (crimes eleitorais e conexos)
- a **Justiça Eleitoral** analisa (caso a caso) a existência de **conexão** entre delitos comuns e eleitorais
  - não havendo conexão, ela remete o caso à Justiça competente
- a **jurisdição especial** deve se sobrepor à comum

## POLÍCIA JUDICIÁRIA

- exercida pela **Polícia Federal**
  - não havendo órgão da PF no local, a Polícia Estadual atuará de forma supletiva
- tem **prioridade sobre as funções regulares**: a Resolução TSE 8.906/70 e o art. 94 da Lei 9.504/97 determinam atendimento prioritário aos feitos da Justiça Eleitoral.

## INVESTIGAÇÃO

- se a **autoridade policial** tiver qualquer notícia de infração penal eleitoral, deve **comunicar imediatamente** ao juiz eleitoral
  - há uma **carga inquisitorial maior**
- o **cidadão** também tem o dever de informar fatos relacionados aos ilícitos:
 

encaminhados ao juiz

- análise dos fatos

encaminhados ao MPE

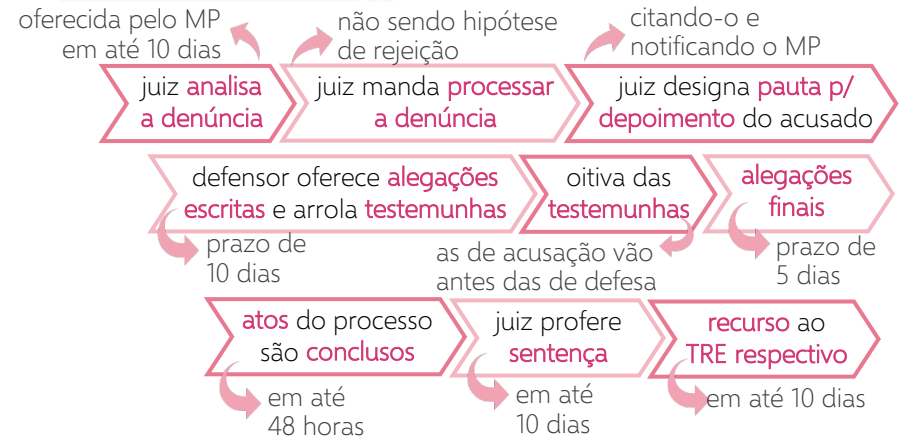
- solicitará informações complementares
  - ajuizará a ação, se couber
- é possível a instauração de inquérito policial por requisição do MP com base em **denúncia anônima** (TSE: Habeas Corpus no 78048, Acórdão de 18/08/2011)

# PROCESSO-CRIME ELEITORAL

## ARQUIVAMENTO

- se o **MP requerer o arquivamento** da comunicação (ao invés de apresentar a denúncia), o juiz (se achar improcedentes as razões) a remeterá ao procurador regional
- o **procurador pode**:
  - oferecer a denúncia
  - designar outro promotor para oferecê-la ou
  - insistir no pedido de arquivamento (juiz é obrigado a atender)

## PROCEDIMENTO



DECORE!

## REJEIÇÃO DA DENÚNCIA (pelo juiz)

- fato não é crime
  - punibilidade já extinta
  - ilegitimidade da parte
  - ausência de condição da ação
  - ausência de justa causa para o exercício da ação
- aplicação do CPP
- justa causa: a denúncia narrar fato típico e indícios de materialidade, inexistindo causa de extinção de punibilidade ou suspensão da pretensão punitiva
- cabe recurso em sentido estrito em 5 dias

## INQUÉRITO POLICIAL

- **instauração**: (Resolução TSE 23.640/2021)
  - de **ofício** pela autoridade policial
  - por **requisição do MP** Eleitoral
  - por **determinação da Justiça** Eleitoral

## PRISÃO EM FLAGRANTE

- ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deve, em até 24h, promover **audiência de custódia**.
  - nela, o **juiz poderá**:
    - relaxar prisão ilegal
    - converter a prisão em preventiva
    - conceder liberdade provisória (com ou sem fiança)
- presença do investigado, seu advogado/defensor e membro do MP

## LIMITAÇÃO À PRISÃO

- entre **5 dias antes** da eleição e **48h após**, **não** é admitida a prisão de qualquer eleitor, **salvo**:
  - flagrante delito
  - sentença criminal condenatória
  - desrespeito a salvo-conduto
- no caso de **membros de mesas receptoras e fiscais**, só cabe prisão em **flagrante delito**
- no caso de **candidatos**, também só cabe prisão em flagrante delito entre **15 dias antes** das eleições e **48h após**



# PROPAGANDA POLÍTICA

= divulgação de conceitos ideológicos dos partidos e dos **candidatos** voltada a **obtenção** ou **manutenção** de um cargo público ou poder estatal

## FUNDAMENTOS

- é **direito assegurado** pelo ordenamento jurídico eleitoral
  - é espécie de manifestação da **liberdade de informação e de expressão**
- todo **cidadão** tem o direito de ser **informado sobre a vida política** do país, de seus **governantes, negócios públicos** e de **manifestar sua opinião**
- limites à propaganda eleitoral: **intimidade, honra e vida privada**
  - essa limitação é mitigada pelo fato de o político ser pessoa pública: o **interesse público** prevalece sobre o privado.

## CLASSIFICAÇÃO

<b>PROPAGANDA INSTITUCIONAL</b>	propaganda oficial feita pela própria Administração Pública para divulgar suas ações.
<b>PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA</b>	por filiado de partido que aspira ser candidato em uma eleição
<b>PROPAGANDA PARTIDÁRIA</b>	divulgação de ideias e programas do partido (suas propostas para melhoria ou transformação da sociedade)
<b>PROPAGANDA ELEITORAL</b>	forma de captação de votos (por partido, coligações ou candidatos), em época determinada por lei, por meio de divulgação de suas propostas, visando cargos eletivos

# propaganda ELEITORAL

## PRINCÍPIOS

- Princípio da Legalidade da Propaganda**
  - deve ser regulada por lei federal
  - o TSE edita regulamentações (sem invadir a competência)
- Princípio da Liberdade da Propaganda**
  - é livre a realização de propagandas em recintos fechados e abertos, sem necessidade de autorização prévia da polícia
- Princípio da Responsabilidade da Propaganda**
  - a propaganda será atribuída ao candidato e ao partido, que responderão civil, administrativa e criminalmente por seu conteúdo
  - os veículos de comunicação e o agente de comunicação poderão ser responsabilizados eventualmente (CE, art. 256)
    - Princípio Igualitário da Propaganda**
      - candidatos, partidos e coligações devem ter igual de oportunidades na divulgação de propaganda (é igualdade formal, pois há diferenças no tempo disponível de arena, no poder econômico do partido...)
    - Princípio do Controle Judicial**
      - a Justiça Eleitoral é competente para controlar a aplicação da legislação eleitoral relativa à propaganda
      - uso do poder de polícia

## PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA

- nos **15 dias que antecedem as convenções**
- destinada **exclusivamente aos convencionais** (filiais ao partido que participarão das convenções)
- caso seja **dirigida aos eleitores**, o responsável estará sujeito à **multa** do art. 36, §3º da Lei das Eleições
  - TSE: a propaganda intrapartidária veiculada em período anterior ao legalmente permitido e dirigida a toda a comunidade, e não apenas a seus filiados, configura propaganda eleitoral extemporânea e acarreta aplicação de multa

# PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA



# propaganda eleitoral



## HIPÓTESES

- o TSE tem dois posicionamentos:
- 1. em **qualquer momento** fora do período eleitoral (independente da distância entre o ato impugnado e as eleições/convenções)  
→ alinhado ao entendimento legal
- 2. **3 meses anteriores** ao pleito e fora das exceções abaixo
- doutrina: a partir de janeiro do ano eleitoral

## HIPÓTESES QUE NÃO CONSTITUEM

→ não podem conter pedido explícito de votos, exaltação de candidatos, menção a candidatura

- participação em **entrevistas, programas, encontros** ou debates (rádio, TV e internet), inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos
- encontros, seminários ou congressos** (em ambiente fechado e a expensas dos partidos) sobre **organização dos processos eleitorais, políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias**
- prévias partidárias** + material informativo + divulgação dos filiados que participarão da disputa + debates entre pré-candidatos
- divulgações de atos de parlamentares e debates legislativos**
- divulgação de **posicionamento pessoal** sobre questões políticas (inclusive nas redes sociais)
- realização de **reuniões** de iniciativas da sociedade civil, de veículo de comunicação ou do próprio partido para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias
- campanha de **arrecadação prévia de recursos**

## PROPAGANDAS ELEITORAIS VEDADAS



- de **guerra**, de processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social ou de preconceitos de raça ou de classes
- que provoque **animosidade entre as Forças Armadas** ou contra elas, ou delas contra as classes e instituições civis
- de **incitamento de atentado** contra pessoa ou bens
- de **instigação à desobediência** coletiva ao cumprimento da lei
- que implique em **oferecimento, promessa ou solicitação** de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou **vantagem** de qualquer natureza
- que **perturbe o sossego público**
- por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa **confundir com moeda**
- que **prejudique a higiene e a estética urbana** ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito
- que **caluniar, difamar ou injuriar** quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública
- que **deprecie a condição de mulher** ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia

## MULTA

- em casos de **violação** às regras relativas à propaganda eleitoral intrapartidária e partidária, aplica-se **multa pecuniária arbitrada entre 5 e 25 mil reais**.  
→ TSE: a multa deve ser aplicada de forma individualizada a cada um dos responsáveis

considera-se **propaganda eleitoral extemporânea**, em programa partidário, o anúncio de determinada candidatura, do propósito de obter apoio por votos e de exclusiva promoção pessoal com finalidade eleitoral (ainda mais quando favorável a filiado de agremiação partidária diversa)

## LIMITES ESPACIAIS DA PROPAGANDA

- Locais públicos e de acesso geral
  - em regra, não é possível fazer propaganda em locais públicos ou de uso coletivo
  - vedada em bens públicos e de uso comum
  - **mitigação**: cabe a distribuição de santinhos, agitação de bandeiras, abordagem de eleitores nas calçadas...
  - é vedada a colocação de cavaletes em bens públicos e de uso comum (Lei 12.891/2013)
- Locais privados → obedecem os princípios da liberdade de expressão e da gratuidade
  - em regra, também é vedada, sendo admitida excepcionalmente no caso de **fixação de adesivos plásticos inferiores a 0,5m<sup>2</sup>** em caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais

## MULTAS

- a veiculação irregular de propaganda em locais públicos ou privados sujeita o responsável a:
  - **restauração** do bem
  - **multa** entre R\$2.000,00 e R\$8.000,00 (fixada pelo juiz)

# propaganda ELEITORAL

## PROPAGANDA NAS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES

- limitada às 22h do dia que antecede as eleições

## PROPAGANDA NO DIA DAS ELEIÇÕES

### CRIMES ELEITORAIS

- no dia das eleições, a **propaganda eleitoral é vedada**
- **pena**: detenção (6 meses a 1 ano) ou prestação de serviços à comunidade + multa



NOVIDADE!

- no dia das eleições, é crime a **publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de novas publicações na internet**.
- **pena**: detenção (6 meses a 1 ano) + prestação de serviços à comunidade + multa (5.000 a 15.000 UFIRs)

## MANIFESTAÇÃO INDIVIDUAL E SILENCIOSA

- é permitida mesmo no dia das eleições
- o **eleitor pode comparecer às eleições manifestando apoio** a candidato ou partido de sua escolha
  - ele pode utilizar bandeiras, broches, adesivos...
- é uma manifestação da liberdade de expressão
- é **vedada** a aglomeração de pessoas com vestuário padronizado ou instrumentos de modo a caracterizar **manifestação coletiva**
- os **mesários, servidores da Justiça Eleitoral e escrutinadores não podem** fazer qualquer manifestação
- **fiscais partidários podem ter crachá** com nome e sigla do partido

# PROPAGANDAS ESPECÍFICAS

## OUTDOORS

- o uso de outdoors para propagandas políticas é vedado pela lei eleitoral
  - empresa publicitária, candidato, partido político e coligação ficam sujeitos a imediata retirada e multa entre 5.000 e 15.000 UFIRs.
- seu uso também é considerado abuso de poder econômico
- TSE: cabe multa ainda que não haja pedido explícito de votos **ATENÇÃO!**

## BRINDES

- o uso de brindes, em geral, é vedado em campanhas eleitorais
- pode configurar
  - captação ilícita de sufrágio
  - emprego de propaganda vedada
  - abuso de poder
- objetos explicitamente listados na Lei das Eleições:
  - camisetas
  - bonés
  - chaveiros
  - canetas
  - brindes, cestas básicas ou
  - quaisquer outros bens ou materiais



# propaganda eleitoral

qualquer veículo, motorizado ou não, ainda que tracionado por animais

## CARROS DE SOM E MINITRIOS

- o uso de carros de som e minitrios é permitido
- não poderá ultrapassar 80dB de pressão sonora
- deve ser utilizado em carreatas, caminhadas, passeatas ou durante reuniões e comícios

## TRIO ELÉTRICO

para propaganda eleitoral	expressamente vedado
para sonorização de comício	permitido

## EM MÍDIA IMPRESSA OU DIGITAL

- é exclusivamente paga! **ATENÇÃO!**
  - diferentemente do rádio/TV: exclusivamente gratuitas
  - deve constar do anúncio o valor da propaganda
- admissível até a antevéspera das eleições (sexta)
- limites:
  - até 10 anúncios por jornal ou revista
  - até 1/8 da página, se jornal padrão
  - até 1/4 da página, se em revista
- os jornais e demais veículos podem assumir posição em relação às eleições sem que isso caracterize propaganda ilícita
- a Justiça Eleitoral é incompetente para impor restrições ou proibições à liberdade de informação e à opinião da imprensa escrita (salvo em relação às publicidades pagas e ao direito de resposta)

# PROPAGANDA NO RÁDIO E NA TV

## VEDAÇÕES A EMISSORAS → a partir do encerramento das convenções em ano de eleições

- transmitir (mesmo que como entrevista jornalística) **imagens** de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível **identificar o entrevistado** ou em que haja **manipulação de dados**
- veicular **propaganda política**
- dar **tratamento privilegiado** a candidato, partido ou coligação (isso não garante espaço idêntico a todos, mas proporcional)
- veicular/divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com **alusão ou crítica a candidato ou partido político**, (mesmo dissimuladamente), **exceto programas jornalísticos ou debates políticos**
- divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, **ainda quando preexistente**  
→ inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada

## DEBATE → para eleições a cargos majoritários ou por sistema proporcional

- **faculdade** das emissoras (independentemente do horário eleitoral gratuito)
- o **candidato não é obrigado** a participar
- têm **direito subjetivo** de participar dos debates os **partidos** que tiverem pelo menos **5 membros do Congresso Nacional** (Câmara e/ou Senado)
- caso haja **violação das regras** dos debates, a emissora fica sujeita à **suspensão da programação** normal por **24 horas**

# propaganda ELEITORAL

## DISTRIBUIÇÃO DE HORÁRIOS

### PROPAGANDA EM BLOCOS

- = há **períodos fixos** para a divulgação de várias propagandas de vários candidatos e partidos

### PROPAGANDA EM INSERÇÕES

- = feita na propaganda regular nas emissoras de rádio/TV **ao longo do dia**
  - tem duração **inferior a 1 minuto**
  - cada agremiação terá direito a um certo número de inserções ao longo do dia

### PLANO DE MÍDIA

- = plano de divulgação das inserções criado em reunião entre partidos que irão participar das eleições, Justiça Eleitoral e representantes das emissoras

### TRATAMENTO ISONÔMICO

- **Eleições majoritárias:** seus debates podem ser realizados **com todos os candidatos ou em grupos de 3**.  
→ as regras devem ser aprovadas por 2/3 dos candidatos em 1º turno e por ams, no 2º
- **Eleições proporcionais:** deve-se assegurar a presença de **número equivalente** de candidatos a todos os partidos a um mesmo cargo (podendo-se dividir o debate em várias partes e dias)
- **⚠ ATENÇÃO!** é possível a realização de **debate na internet** com transmissões ao vivo **a qualquer época sem a condição imposta** ao rádio e à TV de tratamento isonômico entre os candidatos (TSE, Cta no 79.636/2010)



## ASPECTOS GERAIS

- permitida a partir do dia 16 de agosto do ano eleitoral ("após 15/08")
- o criador e administrador de perfis falsos poderá ser multado por seu uso

## MEIOS

- no próprio site do candidato
- no próprio site do partido/coligação
- por listas de e-mails
- por blogs, redes sociais, sites de mensagens instantâneas e aplicações de internet

## PROPAGANDA PAGA

- a propaganda paga só é admissível de forma excepcional quando em blogs ou redes sociais do candidato, partido ou coligação
- ➔ pessoa natural ou jurídica diversa não poderá fazer propaganda paga (mas pode de forma orgânica)



### ATENÇÃO!

- não configura propaganda eleitoral antecipada a veiculação, em site da internet, de matéria voltada ao lançamento de candidatura própria ao cargo de Presidente da República por certo partido
- ➔ será propaganda antecipada caso haja propaganda ostensiva, com pedido de voto e referência expressa à futura candidatura
- não há "propaganda eleitoral" no Twitter (não leva a conhecimento geral as manifestações ali divulgadas)

# propaganda eleitoral = NA INTERNET =

## VEDAÇÕES

- veda-se o uso de conteúdos pagos e de ferramentas disponibilizadas pelo provedor (ainda que gratuitas) para tentar alterar o valor ou a repercussão de propaganda eleitoral
- também são vedados:
  - a contratação de matérias em sites de notícias ou blog
  - pagamento de pessoas naturais ou jurídicas para divulgarem propagandas em seus perfis...

## SANÇÕES

- quando descumpridas as regras, haverá imposição de multas
- ➔ poderão ser multados: o responsável pela informação e o beneficiário (mas deve-se demonstrar que ele tinha ciência da divulgação irregular)
- será aplicada multa entre R\$5.000,00 e R\$30.000,00, podendo seu valor ser o dobro do utilizado na propaganda (caso ultrapasse o valor máximo)

## SANÇÕES AO PROVEDOR DE APLICAÇÃO DA INTERNET

- é possível caso o provedor seja notificado a remover um conteúdo, mas não atenda a ordem judicial no prazo determinado.